

KRISTINA YURIEVA SAVOVA

**REVISÃO SISTEMÁTICA E META-ANÁLISE
SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A POBREZA E AS
PRÁTICAS PARENTAIS ABUSIVAS E
NEGLIGENTES**

Orientadora: Prof.^a Doutora Cláudia Camilo

Coorientador: Prof. Doutor Nélio Brazão

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Lisboa

2022

Kristina Yurieva Savova
Revisão Sistemática e Meta-análise sobre a Relação entre a Pobreza e as Práticas Parentais Abusivas e Negligentes

KRISTINA YURIEVA SAVOVA

**REVISÃO SISTEMÁTICA E META-ANÁLISE
SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A POBREZA E AS
PRÁTICAS PARENTAIS ABUSIVAS E
NEGLIGENTES**

Dissertação defendida a 24.05.2022, para a obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Forense no Curso de Mestrado em Psicologia Forense, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº159/2022, de Abril 2022, com a seguinte composição:

Presidente: Prof.^a Doutora Carolina da Motta

Arguente: Prof.^a Doutora Andreia Machado

Orientadora: Prof.^a Doutora Cláudia Camilo

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Lisboa

2022

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostava de deixar uma palavra de apreço a todos os docentes do Curso de Mestrado em Psicologia Forense da Universidade Lusófona, com os quais tive o prazer de conviver e beneficiar tanto dos conhecimentos transmitidos, como da sua dedicação ao longo destes dois anos.

Ao Professor Doutor Nélio Brazão, Diretor do Mestrado em Psicologia Forense, pelo empenho, determinação, perseverança e resiliência com que nos acompanhou e orientou, ao grupo num todo e a mim em particular, prontificando-se a auxiliar em qualquer questão mesmo fora da sua área de atuação, para que em qualquer circunstância, o nosso trajeto fosse o menos prejudicado possível.

À minha orientadora, Professora Doutora Cláudia Camilo, por ter sido um alicerce na construção da minha dissertação, pelo empenho com que me conduziu, pela eficiência na resolução de problemas e na transmissão de conhecimento, e pela mão invisível com que nos sustentava enquanto grupo, que nos mantinha em pé, mesmo perante as adversidades. Acredito que este apoio permitiu desenvolver mais competências do que eu esperava.

Por fim, agradeço aos amigos que usaram o cartão “convívio sem trabalho” quando estava mergulhada em artigos, e aos colegas de curso que me acompanharam ao longo deste percurso, acalmaram, e ajudaram. Levarei as memórias no coração para sempre.

À minha família que incondicionalmente me apoiou, ajudou a superar obstáculos, e sempre acreditou em mim. Ainda que palavras como “tu consegues” e “se alguém consegue, és tu” ditas pelo meu marido e amigo me fizessem salivar de raiva, foram as suficientes para que, quando a vontade de desistir turvasse a razão, conseguisse encontrar nelas inúmeras razões para continuar a lutar. Um especial obrigada à minha filha Kamila, por tudo o que representa e por um certo dia em que tudo parecia nublado, com o seu olhar carinhoso disse “devias ter orgulho em ti, tu és a melhor”, percebi nesse momento que não podia desistir nunca porque quando um filho nos olha assim, tudo é possível. E um obrigada ao meu filho Gabriel por provar mais uma vez que o amor incondicional é o bem mais forte e precioso que temos enquanto seres humanos, que com a sua frase típica “É a minha mamã” transforma qualquer dia mau em algo extraordinário e especial.

É esta força e amor que desejo a todas as crianças do Mundo! A todos, o meu muito obrigada.

Resumo

O mau-trato infantil é um problema social que coloca em risco o desenvolvimento saudável da criança. Vários são os estudos que têm explorado o impacto da pobreza nas práticas parentais abusivas e negligentes, revelando que a pobreza parece ser um fator de risco para o mau trato. Ainda assim, esta associação não é clara, nomeadamente pela sobreposição conceptual entre a negligência e pobreza. Assim, o presente estudo tem por objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura e meta-análise sobre a associação entre a pobreza e o abuso e negligência parental. A pesquisa foi conduzida em bases de dados eletrónicas e, com base na metodologia PRISMA, os artigos foram selecionados através de um processo de quatro fases, tendo sido incluídos 16 estudos. Os estudos incluídos exploraram maioritariamente a pobreza familiar, associada ao abuso. Os dados revelaram ainda um tamanho do efeito global entre a pobreza e o mau trato significativo e moderado ($r = 0.208$, $p < .001$), que parece ser maior quando considerada a pobreza comunitária e o mau-trato ou negligência. O presente trabalho é assim mais um avanço científico na exploração da associação entre a pobreza e o mau trato, salientando a importância de intervenções parentais com famílias mais vulneráveis.

Palavras-chave: Revisão sistemática e meta-análise; Pobreza; Mau trato; Abuso; Negligência

Áreas Científica (APA)

2956 – Parentalidade e cuidados à criança

Abstract

Child maltreatment is a social problem with consequences for the child's healthy development. There are several studies that have explored the impact of poverty on abusive and neglectful parenting practices, revealing that poverty seems to be a risk factor for maltreatment. However, this association is not clear, namely due to the conceptual overlap between neglect and poverty. Thus, the present study aims to carry out a systematic literature review and meta-analysis on the association between poverty and parental abuse and neglect. The search was conducted in electronic databases and, based on the PRISMA methodology, articles were selected through a four-step process, including 16 studies. The included studies mostly explored family poverty associated with abuse. The data also revealed a significant and moderate overall effect size between poverty and maltreatment ($r = 0.208$, $p < .001$), which appears to be larger when considering community poverty and maltreatment or neglect. The present work is thus another scientific advance in the exploration of the association between poverty and abuse, highlighting the importance of parental interventions with the most vulnerable families.

Keywords: Systematic review and meta-analysis; Poverty; Maltreatment; Abuse; Neglect

Scientific Field (APA)

2956 – Childrearing & Child Care

Índice

Introdução.....	6
Capítulo 1 Enquadramento teórico.....	8
1.1. Conceptualização do mau trato	9
1.1.1. Enquadramento histórico e legal	9
1.1.2. Definição dos diferentes tipos de mau trato.....	10
1.1.3. Prevalência nacional do mau-trato	12
1.1.4. Modelos teóricos explicativos do mau-trato infantil	12
1.1.5. Fatores de risco e de proteção do mau-trato	14
1.1.6. Impacto do mau-trato.....	16
1.2. Conceptualização da pobreza.....	17
1.2.1. Prevalência nacional	18
1.2.2. Instrumentos de avaliação da pobreza	19
1.3. Associação da pobreza com o mau-trato à criança.....	20
1.4. Objetivo do estudo.....	21
Capítulo 2 Metodologia.....	23
2.1. Fontes de informação e estratégia de pesquisa	24
2.2. Critérios de elegibilidade.....	24
2.3. Seleção dos estudos e extração de dados.....	24
2.4. Análise de dados.....	26
Capítulo 3 Resultados.....	27
3.1. Descrição dos estudos	28
3.2. Meta-análise.....	33
Capítulo 4 Discussão	35
Conclusão	39
Referências	41

Introdução

O mau-trato infantil é um problema crítico que coloca em risco o desenvolvimento saudável da criança. Resultantes desta problemática evidenciam-se as lesões que necessitam de cuidado médico imediato, fatalidades e efeitos a longo prazo que surgem na idade adulta, como por exemplo, o envolvimento em violência familiar, abuso de substâncias, comportamentos violentos, comportamentos suicidas, dificuldades emocionais e relacionais. A pobreza crónica, o abuso de substâncias, as fracas competências parentais e a separação da família também são relatadas como efeitos de longo prazo da negligência na idade adulta (Choi, 2017).

De acordo com os modelos sócio-ecológicos, as práticas parentais abusivas e/ou negligentes podem ser determinadas por fatores de risco a diferentes níveis: características da criança, características dos pais e características do contexto, que em interação influenciam as capacidades e comportamentos parentais e consequentemente o desenvolvimento infantil (Belsky, 1984; Bronfenbrenner, 1977).

A privação socioeconómica é uma das condições mais correlacionadas com o abuso infantil (Berger, 2004), influenciando as condições psicológicas dos cuidadores e extravasando para as capacidades e estilos parentais (Conger et al., 1992). A literatura tem demonstrado, por exemplo, que o desemprego aumenta o risco para o mau-trato (Stith et al., 2009) e a empregabilidade torna-se um fator protetor (Dworsky et al., 2007). Vários autores encontraram associações entre a pobreza, vizinhanças com condições precárias, famílias com baixos rendimentos, e a ocorrência de mau-trato infantil (Garbarino & Sherman, 1980). No entanto, nem todos os pais que vivem em pobreza são maltratantes. Assim, alguns autores explicam esta associação entre famílias que vivem em pobreza e desvantagens socioeconómicas e a ocorrência de mau-trato infantil como resultado de stress parental geral no decorrer da parentalidade, decorrente das condições socioeconómicas (Paxson & Waldfogel, 1999).

Com o objetivo de melhor compreender a associação entre diferentes níveis de pobreza, nomeadamente da família e da comunidade, e diferentes tipos de mau-trato (abuso e negligência), o presente trabalho teve como principal objetivo conduzir uma revisão sistemática de literatura e meta-análise dos estudos sobre pobreza e mau-trato. A dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos. No Capítulo I – Enquadramento teórico – apresenta-se a conceptualização do mau-trato, enquadrando o fenómeno histórica e legalmente, definindo os diferentes tipos de mau-trato, apresentando a prevalência nacional do fenómeno, os principais modelos teóricos explicativos, fatores de risco e de proteção, e por fim, o impacto das práticas parentais maltratantes no desenvolvimento da criança. No Capítulo II – Metodologia – são

identificadas as fontes de informação e a estratégia de pesquisa, são descritos os critérios de inclusão e de exclusão aplicados, e é explicado o processo de seleção dos estudos e a extração dos dados. No Capítulo III – Resultados – são descritos os estudos, considerando a amostra, contexto, dimensão, tipo de mau-trato e de pobreza, as medidas utilizadas, o desenho dos estudos e o tipo de análise dos dados, e por fim, a apresentação da meta-análise. Finalmente, no Capítulo VI – Discussão – uma oportunidade de reflexão com o objetivo de analisar as limitações encontradas no decorrer deste estudo; as suas implicações; contributos para investigações futuras e a conclusão.

Capítulo 1 | Enquadramento teórico

1.1. Conceptualização do mau trato

1.1.1. Enquadramento histórico e legal

O mau trato não é um fenómeno relativamente recente mas apresenta-se nas sociedades atuais como um fenómeno social em destaque. Ao longo da história tem sofrido evoluções e hoje apresenta formas diferentes daquelas encontradas nos registos dos séculos anteriores (Azevedo & Maia, 2006).

Na maioria das épocas até à atual, a criança ocupou lugares diferenciados independente da sua classe social. Por exemplo, na idade média eram vistos como adultos em miniatura, refletidos nas pinturas que podemos encontrar da época (Azevedo & Maia, 2006). Neste período, as crianças eram entregues a amas e governantas, dependendo das idades, e vários relatórios de médicos legistas, através das análises e estudos que faziam, referiam o infanticídio como a principal causa da mortalidade infantil, ainda que não fosse um ato punido por lei (Radbill, 1987). O trabalho infantil era regulamentado por leis para impedir a competição pelo uso de mão de obra barata. As crianças trabalhavam em orfanatos, indústrias, fábricas ou no campo, prática comum que se intensificou com a Revolução Industrial (e.g., onde as crianças eram subnutridas para caber nas chaminés durante a limpeza) (Radbill, 1987).

Entre a Idade Moderna e após a Revolução Francesa, surgiram novas preocupações para com a criança e a noção da existência de diferenças entre as mesmas e os adultos, integrando-as nas novas estruturas familiares que visavam englobar os seus pressupostos, na conjugalidade e no afeto, assim como, nos filhos e na educação (Machado, 1996).

A roda dos expostos foi uma alternativa ao infanticídio, onde as crianças eram colocadas numa roda e a mesma girava para o interior das instituições de acolhimento, como os hospitais, orfanatos e conventos. Em Portugal, esta roda foi criada por Pina Manique, que também fundou a Casa Pia, com o objetivo de integrar estas crianças que chegavam à roda ainda bebés, no ensino escolar (entretanto abolida em 1860) (Azevedo & Maia, 2006).

No século XIX, surge o conceito de família moderna, assente na preocupação com o desenvolvimento da criança e a sua integração na família, onde beneficiaria de afeto. Deste conceito surge também a perceção da necessidade de auxiliar crianças com deficiências físicas ou mentais, oriundas de famílias desfavorecidas e pobres, órfãos que necessitam de proteção. Passa a haver um controlo da família por parte do Estado e, nos anos seguintes, vários movimentos e sociedades foram criadas para dar auxílio aos mais necessitados e prevenir os maus tratos infantis, como a primeira sociedade de prevenção “American Society of the Prevention of Cruelty to Children” (Machado, 1996).

Ambroise Tardieu publicou, no século XIX, o primeiro estudo sobre mau trato na sua classificação e tipologia, no sentido de expor o fenómeno que considerava um “problema de saúde” (Azevedo & Maia, 2006). E por fim, no século XX, até aos dias de hoje, inúmeros estudos são desenvolvidos pelos diferenciados profissionais das diversas áreas científicas, com o objetivo de conseguir reunir uma perspetiva holística da problemática e possíveis metodologias e estratégias de intervenção, sempre com o objetivo fulcral de proteger os direitos das crianças quanto a todas as áreas em que possa estar inserida. Apenas em 1965, o termo mau-trato passou a ser percecionado para além da agressão física, começando a ter em conta outras formas de abuso e negligência (Azevedo & Maia, 2006).

Em Portugal, o mau-trato é regulamentado pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n. 147/99 de 1 de setembro) com o objetivo principal de criar um sistema de proteção, reconhecendo-lhe os direitos e assegurando-as do suporte necessário. A sociedade portuguesa obteve um envolvimento maior nesta temática com a promulgação da Convenção dos Direitos da Criança no século XX, com a Lei de Proteção da Infância, de 1911, ao abrigo do Decreto-Lei de 27 de Maio. Garantiu, desta forma, o reconhecimento da criança como cidadã com direitos, recursos sociais e direito à educação. Neste seguimento, constituíram-se as Tutorias de Infância, tribunais coletivos que, mais tarde, deram origem aos Tribunais de Família e Menores.

Em 1999 foi reformulado o sistema de proteção e, consequentemente, levou a uma separação da Lei Tutelar Educativa da Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, abrangendo e integrando a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens locais (CPCJ), no processo de avaliação e intervenção, reconhecendo a intervenção comunitária e o estabelecimento de parcerias com instituições e entidades relevantes para promover os direitos das crianças e garantir o seu bem-estar e desenvolvimento

1.1.2. Definição dos diferentes tipos de mau trato

As definições do mau-trato dividem investigadores no consenso e na unanimidade, devido as múltiplas variáveis, perspetivas e contextos (e.g., histórico, legal, médico, social, cultural) em que o conceito é analisado. Esta variabilidade de definições gera consequências práticas para os intervenientes, demonstrando assim a necessidade de operacionalizar subtipos específicos de maus-tratos (Manly et al., 1994). Para Mendes (1995. Cit in Duque, 2008) esta problemática requer um esforço multidisciplinar, de diferentes especialistas e áreas de atuação

(e.g., saúde, educação, justiça, segurança social, sociologia) e considera o envolvimento comunitário crucial.

Calheiros e Monteiro (2000) justificam a indefinição do conceito de abuso e negligência com os contextos onde a problemática é abordada, explicando que as definições fazem parte dos quadros específicos em que são determinados, sejam estes, institucionais, técnicos, de senso comum e investigadores, abrangendo os valores que deles fazem parte, definindo assim as suas ações e intervenções. Calheiros (2006) vai mais além quando explica que as definições de mau-trato podem também ser difíceis de avaliar quando não se conseguem identificar ou observar os danos e consequências imediatas na criança.

A generalidade dos autores divide as tipologias do mau-trato em duas categorias distintas: abuso e negligência, as quais por sua vez irão dividir-se em subtipos.

O *abuso* diz respeito a ações violentas, punitivas sobre a criança, e subdivide-se em abuso físico (e.g., castigos corporais como sovar, bater com cinto, prender/amarrar, arremesso de objetos ou da própria criança, empurrões, morder e queimar, abanar ou sacudir), abuso psicológico (e.g., impedir que a criança ou jovem se relacione com os pares e com a restante família, utilização de estratégias abusivas com o intuito de punir e ameaçar com recurso à força física), abuso sexual (e.g., importunar, acariciar ou forçar que a crianças acaricie um adulto, forçar que a criança assista ou participe em atividades de teor), exposição à violência interp parental e Síndrome de Munchausen por Procuração (atribuição de sinais e sintomas para convencer os profissionais de saúde da existência de uma doença) (APAV, 2011).

Vários autores têm proposto classificações da *negligência* dentro dos seus variados subtipos. Gaudin (1993) divide a negligência em: física, de supervisão, emocional e educacional. Sedlak e Broadhurst (1996) e Calheiros (2006), distinguem entre negligência física, negligência emocional e negligência educacional. Calheiros (2006), explica que a negligência assenta na perceção de que cada criança apresenta necessidades básicas que não são satisfeitas (e.g., cuidados básicos e omissões parentais), dividindo-se em três subtipos: a *negligência física*, que reside na incapacidade de respostas às necessidades básicas da criança (alimentação, sono, higiene, acesso a saúde, vestuário, educação, proteção e segurança); a *negligência emocional/cognitiva*, onde se inclui a ausência de manifestações de afeto e carinho pais-filhos, desinteresse e ausência de respostas perante necessidades emocionais dos filhos, e privação de interação com outras pessoas; e a *negligência educacional* que é associada ao acompanhamento e ao estímulo necessários para o desenvolvimento escolar da criança.

Independente da tipificação que os diversos investigadores encontram, é definido que a negligência deve ser abordada a partir das necessidades da criança e das condições inerentes ao seu desenvolvimento, independente do propósito ou intenção associada aos comportamentos parentais, sendo que nesta sequência, alguns autores introduzem a negligência ambiental, caracterizada pela ausência de segurança ambiental, oportunidade e recursos (Dubowitz et al., 2004).

1.1.3. Prevalência nacional do mau-trato

Atualmente, o volume processual das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens é elevado, tanto na instauração como no acompanhamento dos processos de promoção e proteção, sendo que todos os anos transitam milhares de processos. Em 2020, foram movimentados 69622 processos (30256 transitados de 2019, 31599 novos e 7767 reabertos) (CNPDPJ, 2020). Segundo o relatório anual de atividades das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, foram comunicadas 1711 novas situações de perigo por abuso físico, 1192 sinalizações por abuso psicológico, 712 novas situações de abuso sexual, 13363 novas situações de perigo por violência doméstica, 11955 novas situações de perigo por negligência (abrangendo todas as suas tipologias), 518 processos por abandono, 60 por exploração infantil e 6232 processos que não cumprem o direito à educação (CNPDPJ, 2020).

É importante salientar que a negligência é a forma de mau trato mais prevalente (Kim et al., 2017), mas tem sido a menos estudada (Stoltenborgh et al., 2015)

1.1.4. Modelos teóricos explicativos do mau-trato infantil

De forma a compreender melhor os fatores associados às práticas parentais abusivas e negligentes, torna-se crucial abordar os modelos ecológicos de Bronfenbrenner (1974) e de Belsky (1980), que analisam e identificam variáveis de cariz individual, contextual, cultural, social na explicação das práticas parentais maltratantes.

Os modelos ecológicos permitem compreender o funcionamento de um indivíduo dentro do contexto onde está inserido, no qual estabelece relações, e é consequentemente influenciado por um sistema de multiníveis: micro-, meso-, exo-, macro-, e crono-sistemas, movendo-se do nível interno para o externo (Bronfenbrenner, 1994). O microsistema refere-se ao contexto imediato de um indivíduo, no qual estabelece relações proximais com família, escola, grupo de pares, vizinhança e local de trabalho, onde o seu comportamento sofre influências pelo padrão relacional interpessoal da pessoa no contexto e de acordo com as suas características individuais

(Lee, 2011). O meso-sistema refere-se a interligações entre microssistemas: por exemplo, a relação entre família e escola e a relação entre pais e famílias de acolhimento, hospitais e comunidades (Ryan, 2001, 2011). O exossistema descreve o contexto social que afeta indiretamente o desenvolvimento do indivíduo, de acordo com a sua rede de apoio social e os recursos da família dentro da comunidade: por exemplo, o horário de trabalho dos cuidadores, as Comissões de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e Segurança Social. O macrossistema afeta o indivíduo na sociedade (e.g., etnias e políticas sociais) através de condições e estruturas sociais, atividades que afetam o microssistema direto do indivíduo, nos valores culturais, nos costumes e nas leis (Gal, 2017). Finalmente, o cronossistema engloba mudança consistente ao longo do tempo, refletindo-se não apenas nas características de um indivíduo, mas também no ambiente com o qual este interage. Por exemplo: mudanças ao longo do curso de vida na estrutura familiar, status socioeconômico, situação de emprego, local de residência (Bronfenbrenner, 1994).

Posteriormente, apoiando-se nos estudos de Bronfenbrenner, Belsky desenvolveu o próprio modelo ecológico, no qual, simplifica os sistemas de Bronfenbrenner e adiciona o sistema nuclear focado no indivíduo em si. Assim, considera quatro níveis sistémicos de interação que contribuem para o desenvolvimento do indivíduo, incluindo o mau-trato infantil (Belsky, 1980). Este modelo destaca-se de Bronfenbrenner, para além do referido acima, também pelo facto de considerar e estudar a parentalidade, tendo em conta, o desenvolvimento individual ao longo da vida e o comportamento resultante e integrante do seu meio e circunstâncias. Segundo Belsky e Jaffee (2015), existem múltiplos fatores que determinam o comportamento dos progenitores, entre os quais, circunstâncias individuais, históricas e sociais que se encontram interligadas e que influenciam o funcionamento parental. Especificamente, o modelo dos determinantes da parentalidade de Belsky (originalmente publicado em 1984) defende que a parentalidade é determinada por 3 fontes: as características da criança, como o temperamento, saúde física/mental; as características dos pais, como a psicopatologia, as suas cognições sobre parentalidade, a sua história de desenvolvimento; e os fatores do contexto social, como a qualidade da relação marital, o emprego, ou a vizinhança. O modelo ecológico de Belsky considera num primeiro nível o subsistema ontogénico, que diz respeito à influência da história de vida, experiências prévias vivenciadas e características individuais do sujeito na parentalidade. No segundo subsistema - microssistema, considera que os fatores de stress familiar são também explicativos do mau-trato, sugerindo que as características da família (e.g., número de crianças, relação conjugal, número elevado de coabitantes), as características da

criança (e.g., temperamento, nível de dependência em relação ao adulto) e a situação socioeconômica, influenciam os comportamentos parentais e a interação entre crianças e progenitores. No terceiro subsistema – exossistema, o modelo propõe que há uma interação com a comunidade e fatores sociais como o desemprego e isolamento social. O quarto nível subsistema - macrossistema toma em consideração a influência da cultura, dos valores e crenças, nas práticas parentais abusivas e negligentes, como exemplo a aceitação social de práticas disciplinares punitivas (Belsky & Jaffe, 2015).

Por outro lado, a hipótese do risco cumulativo afirma que a acumulação de fatores de risco tem impacto no desenvolvimento da criança, implicando desta forma que quanto maior o número de fatores de risco associados, maior será a prevalência de problemas, e maior o risco de ocorrência de mau-trato (Atkinson et al., 2015; Rutter, 1978, 1979).

Já o modelo de stress familiar (Conger et al., 1992) postula que as dificuldades econômicas geram pressão financeira, exercendo um impacto direto no sofrimento psicológico dos pais, que, por sua vez, levam a consequências adversas nas capacidades e competências parentais. Assim, demonstra que o stress associado à situação econômica da família influencia negativamente a parentalidade, as relações pais-filhos e o desenvolvimento infantil. Alguns autores (Conrad-Hiebner & Scanlon, 2015; Slack et al., 2017; Stith et al., 2009) identificam fatores socioeconômicos como fatores de risco de relevância.

1.1.5. Fatores de risco e de proteção do mau-trato

À luz dos modelos ecológicos apresentados, o mau-trato acontece quando há um desequilíbrio entre os fatores de risco e de proteção da criança, ou seja, os fatores de risco potenciam o mau-trato e os fatores de proteção são compensatórios e funcionam como “amortecedor” (Belsky, 1980). Especificamente, os fatores de risco podem ser (i) individuais; (ii) relacionais (iii) comunitários e (iv) sociais, abrangendo a criança e/ou jovem, os pais/cuidadores, eventos situacionais e contextuais (Connell-Carrick & Scannapieco, 2006).

Os fatores de risco individuais (i) dizem respeito às características das crianças que podem contribuir para a ocorrência de maus-tratos, como por exemplo, a idade (quanto menores são as crianças, menos peso, altura e capacidade de se defender), sexo (as crianças do sexo feminino tem mais propensão para abuso sexual e negligência e as do sexo masculino apresentam taxas mais elevadas de abuso físico severo), problemas de saúde (ex., prematuros, baixo peso, défices cognitivos e atraso no desenvolvimento), problemas comportamentais (crianças mais desafiantes e desobedientes, com um temperamento difícil). Ao nível dos fatores

de risco individuais dos pais, também as suas características predeterminam a ocorrência de comportamentos violentos para com as crianças, nomeadamente psicopatologia, estratégias de *coping*, crenças sobre educação e desenvolvimento (Chung et al., 2021; Connell-Carrick & Scannapieco, 2006; Easterbrooks et al., 2011; Pike et al., 2016;).

Quanto aos fatores de risco relacionais (ii) as relações familiares representam um importante papel. Assim, a exposição a violência interparental resulta na exposição da criança e no risco de esta experimentar a violência de forma direta (e.g., conflitualidade, hostilidade, agressividade), assim como estabelece nos seus processos internos a perceção e normalização de relações problemáticas e a aplicação de uma reduzida capacidade de resolução de problemas. Para além disso, tem implicações diretas sobre a parentalidade, nomeadamente práticas parentais desorganizadas, a escalada de atenção reduzida e consequente supressão das necessidades físicas e emocionais da criança (Belsky, 1993; Doidge et al., 2017; Liel et al., 2020). No entanto, dentro do mesmo contexto ocorrem outros fatores de risco, como por exemplo, ausência de estabelecimento de laços afetivos e/ou ausência de vinculação e comunicação positiva, da qual resulta em rejeição afetiva pais-filhos ou uma proteção excessiva com a criação de expectativas irrealistas de pais-filhos (Carter & Myers, 2007; Connell et al., 2007). Também as relações com os vizinhos, pares, outros familiares e instituições (e.g., escolas) assumem um papel importante no risco/proteção do mau-trato, nomeadamente porque previnem o isolamento da criança e da família e expõem a criança a contextos sociais que influenciam o seu desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1977; Nievar & Lee, 2003).

Ao nível dos fatores de risco na comunidade, (iii) é no contexto comunitário onde predominantemente são encontrados fatores como elevada criminalidade, fraca ou inexistente participação da comunidade, elevada concentração de habitantes, elevados níveis de instabilidade residencial, diminuídas oportunidades económicas, desorganização social e ausência de recursos comunitários e interligação entre as principais estruturas, que aumentam o risco de ocorrência do mau-trato (Ashabi & O'Neal, 2015; Bronfenbrenner, 1977; Kotch et al., 1995; Liel et al., 2020).

Por último, ao nível social (iv) as atitudes de legitimação das práticas abusivas e negligentes, a aceitação da punição física enquanto estratégia educativa e forma de resolução de problemas interpessoais, a difusão mediática da violência e as políticas que reforçam as desigualdades sociais, contribuem também para a probabilidade da ocorrência de mau-trato (Belsky, 1984; Khamis, 2000; Klevens et al., 2015).

1.1.6. Impacto do mau-trato

O mau-trato, independentemente do tipo ou subtipo, afeta a saúde e o desenvolvimento da criança de forma negativa, assim como, tem custos associados à sua vitimização na vertente médica, social e familiar, dependendo da força e do efeito que os fatores de risco exercem em detrimento dos protetores (Mulder, 2017).

Neste sentido, o impacto para a criança pode ser visível a nível físico, influenciando o desenvolvimento geral e neurológico que se apresenta nestas idades suscetível a acontecimentos tanto positivos como negativos (Mastorakos, 2019; Teicher et al., 2016). Por exemplo, situações de mau-trato podem desencadear stress que, por sua vez, resultam num aumento significativo de cortisol, associado à disrupção de conexões no cérebro (Odhayani et al., 2013). Assim como, as insuficientes experiências sensoriais dentro desta esfera do desenvolvimento infantil podem originar défices nas regiões cerebrais responsáveis por todo o funcionamento e desenvolvimento da criança, a nível físico, psicossocial e cognitivo (Lowenthal, 2000).

A nível emocional, as experiências sensoriais insuficientes ou desadequadas que são descritas acima podem ter um impacto negativo na regulação emocional e na manutenção das relações de vinculação, percebendo e desenvolvendo o *self* de forma desadequada (Peterson & Jameson, 2017). Na descrição de Camilo & Garrido (2013), por exemplo, o impacto da negligência emocional é visível na dificuldade nas relações sociais apresentadas por estas crianças, na maturidade que demonstram e que não acompanha a fase de crescimento e nos comportamentos de isolamento que sublinham respostas internalizantes.

O impacto do mau-trato no desenvolvimento cognitivo pode afetar os processos cognitivos (e.g, memória, concentração e linguagem), necessários para um desenvolvimento escolar apropriado e desejado, ao dificultar a aprendizagem (García, 1998). Crianças que são expostas à abusos e/ou a negligência apresentam baixo desempenho escolar (Kiesel et al., 2016); já as que são vítimas de negligência educacional como referem Camilo & Garrido (2013), apresentam elevados níveis de absentismo e abandono escolar.

Além das dificuldades educativas, acresce-se à exposição ao mau-trato, o risco acrescido de problemas comportamentais, nomeadamente problemas de internalização (baixa autoestima, ansiedade, distúrbios de alimentação, depressão, fobias, idealizações suicidas, automutilação) e externalização (abuso de substâncias, delinquência, agressões a pessoas animais ou propriedades) (Mastorakos, 2019).

No entanto, apesar de cada investigação apontar para impactos diversos nos diferentes maus-tratos, parece haver uma concordância relativamente aos impactos mais comuns e

transversais a todas as formas de abuso e negligência em crianças, sendo estes, a perturbação do stress pós-traumático, o abuso de substâncias, comportamento agressivo e/ou delinquente, risco de suicídio e atrasos no desenvolvimento (Vanderinder, 2019).

1.2. Conceptualização da pobreza

A literatura evidencia diversas abordagens à definição da pobreza. No entanto, o primeiro registo de uma definição oficial de pobreza remonta a 1975, no contexto da União Europeia, que definiu a pobreza como a falta de recursos que exclui famílias e indivíduos do direito de um modo de vida minimamente aceitável e na qual incluíam bens, rendimentos e acesso a serviços públicos e privados (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021).

O conceito de pobreza passou por várias fases e perceções muito antes de 1975, como por exemplo, na idade média onde o pobre exercia uma função que os ricos entendiam como o caminho para o céu, através de esmolas e obras de misericórdia. Já no século XVI e início do século XVII com a chegada da monarquia e burguesia, o pobre recebe uma conotação negativa aliada à ideia da manutenção da ordem. Nesta fase, quer os mendigos, quer os marginais eram vistos com desprezo pelo facto de serem pobres e por incentivarem o conceito de rejeição das normas sociais. Passaram a ser percebidos nos séculos a seguir como a classe perigosa e só com a Revolução Francesa, passaram a ser designados como “operários”. Conseguiram posteriormente obter o direito de beneficiar de políticas sociais. Nos anos 70 e 80 ressurgiu o conceito de “novos pobres” em que a pobreza atinge todas as pessoas mesmo aquelas que já estavam inseridas na sociedade, devido a ciclos de vida económica e decisões políticas e empresariais. A pobreza torna-se um fenómeno visível associado às grandes cidades e na sequência da crise petrolífera, torna-se claro que o progresso económico por si só não é suficiente para erradicar a pobreza. E é assim que o conceito de exclusão social toma forma e dá origem a definições mais abrangentes, oficiais e atuais do conceito de pobreza e exclusão social, assim como, o desenho e implementação de projetos no combate deste fenómeno (Rediteia, 2015).

De acordo com as Nações Unidas “*A pobreza envolve mais do que a falta de recursos e de rendimento que garantam meios de subsistência sustentáveis. A pobreza manifesta-se através da fome e da malnutrição, do acesso limitado à educação e a outros serviços básicos, à discriminação e à exclusão social, bem como à falta de participação na tomada de decisões*” (Comissão sobre os Direitos Sociais, Económicos e Culturais, das Nações Unidas , 2021).

Quando utilizamos conceitos de pobreza, é importante que a eles esteja sempre associado o conceito de exclusão social. Podemos estar em exclusão social apesar de apresentar uma situação económica favorável (por exemplo, uma pessoa com deficiência) e a nossa condição económica pode influenciar o acesso a bens e serviços que por sua vez tem impacto na nossa condição económica e no leque de oportunidades para a construção da vida adulta (por exemplo, uma criança com insucesso escolar ou abandono, malnutrida, problemas de saúde devido a condições de alojamento ou exposição), será sempre exclusão social devido a falta de oportunidades e recursos (EAPN, 2021).

Vários estudos dividem a pobreza entre absoluta e relativa. O conceito de pobreza absoluta, de acordo com a (Organização das Nações Unidas, 2021), *“é a privação severa de necessidades humanas básicas tais como comida, água tratada, saúde, informação e abrigo, dependendo não da renda, mas do acesso aos serviços públicos.”* Por outro lado, o conceito de pobreza relativa refere-se a um fenómeno de desigualdade que reflete a existência de um rendimento mínimo estipulado, mas a ausência de oportunidades e recursos necessários para a integração da pessoa e obtenção de um status social comparável aos restantes pares e comunidade (Bellù, 2005). Este conceito permite analisar dentro de um país, as condições sociais em detrimento das condições económicas.

O conceito de pobreza é ainda dividido entre pobreza objetiva (abordagem normativa sobre o que é a pobreza e o que é necessário para retirar as pessoas desta situação) e pobreza subjetiva, na medida que tem em consideração a perceção do indivíduo em relação a importância e valor das suas preferências (Lok-Dessallien, 1999).

Com base nos aspetos sociais, económicos e políticos, existem diferentes maneiras de identificar o tipo de pobreza, podendo ser descrito e analisado como pobreza geracional, situacional, rural e urbana (e.g., Jensen, 2009; Jolliffe, 2004).

Assim, definir a pobreza torna-se fundamental para que se consigam criar medidas e programas de ajuda a população, avaliando o seu impacto.

1.2.1. Prevalência nacional

Segundo os dados do INE¹, 2037 milhares de pessoas encontravam-se em risco de pobreza e exclusão social com a Taxa de risco de pobreza e exclusão social de 19.8% em 2020,

¹ INE, Rendimento e Condições de Vida 2020 (dados provisórios), Destaque do INE de 19 de fevereiro de 2021.

o que demonstra uma redução de 1,8% comparativamente ao ano anterior. As mulheres são mais vulneráveis ao risco de pobreza e exclusão social com 20.2% em relação aos homens que apresentam 0.8% a mais do que as mulheres. O indicador AROPE (taxa de risco de pobreza e exclusão social) é composto por três outros indicadores: taxa de risco de pobreza, taxa de privação material severa e intensidade laboral per capita muito reduzida, nos quais foi possível observar uma diminuição em média de 1,16% em todos os indicadores. As regiões autónomas da Madeira e dos Açores registam percentagens mais elevadas em todos os indicadores em comparação com as restantes regiões, em particular no que se refere à taxa de privação material severa (INE, 2019).

Relativamente a grupos etários, o grupo das crianças (0-17 anos) e pessoas idosas (65+ anos) é o mais elevado e aumentou 0.6% entre 2018 e 2019. E a composição dos agregados familiares vulneráveis à pobreza continuam a ser agregados com crianças, nos quais houve um aumento significativo de 9.7% (2019-2018) nos agregados compostos por dois adultos e três ou mais crianças (INE, 2019).

A privação material mede dimensões que outros indicadores não evidenciam, de vulnerabilidade da população, como por exemplo, (a) *sem capacidade para ter uma refeição carne, peixe*; (b) *sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano*; e (c) *sem capacidade para assegurar pagamento de despesas sem recorrer a empréstimo*. E a taxa de privação severa evidencia a sobrelotação habitacional quando avalia condições de habitação como um dos indicadores de maior relevo para a ligeira descida, no entanto ainda significativa para a avaliação das condições de vida das pessoas (INE, 2021).

1.2.2. Instrumentos de avaliação da pobreza

A medição da pobreza na União Europeia é feita tendo como referência os limiares de pobreza relativa, calculados em cada país através dos rendimentos médios equivalentes dos agregados familiares. Deste modo, é definida a linha da pobreza, correspondente a uma percentagem desse rendimento médio, tendo por referência entre 40% e 70% do rendimento do agregado familiar. Analisando estas percentagens temos assim uma noção da taxa de risco da pobreza. Contudo, para uma visão mais pormenorizada de quem se encontra em risco, os dados são geralmente analisados por sexo, idade, situação profissional e tipo de agregado familiar, sendo assim possível examinar grupos específicos, como por exemplo os idosos, as crianças ou ainda os desempregados. Como referência na União Europeia, considera-se que quem tem um

rendimento anual líquido abaixo de 60% do rendimento mediano, está em risco de pobreza (EAS, 2018).

1.3.Associação da pobreza com o mau-trato à criança

De um modo geral, a literatura tem sido consensual na associação da pobreza com o mau-trato. Por exemplo, alguns estudos sugerem que a associação entre a depressão e o mau-trato é mais acentuada nas famílias pobres (Taraban, 2018; Letourneau et al., 2010; Lovejoy et al., 2000). De acordo com Lovejoy e colegas (2000), o stress económico agrava o impacto negativo da depressão e da interação mãe-filho.

Por outro lado, Connell-Carrick (2015) observa numa amostra de pais em situação de pobreza, que pais negligentes apresentam menos conhecimentos sobre o desenvolvimento da criança e sobre a parentalidade, demonstram menos competências e capacidades, assim como, apresentam problemas de vinculação e falta de empatia para com as crianças, providenciando poucos cuidados afetivos e físicos.

Já a meta-análise de Mulder e colegas (2018) analisou os fatores de risco principais da negligência infantil, sugerindo que são múltiplos os fatores de risco associados a ocorrência de negligência, abrangendo todas os contextos ecológicos descritos por Belsky (1980) e Bronfenbrenner (2000), sem conseguir, no entanto, identificar no macrossistema fatores de risco significativos.

Outros autores, identificaram as condições comunitárias, habitacionais e sociais como uma ligação entre a população que vive em condições de pobreza e o mau-trato. Por exemplo, Connell-Carrick (2015) verificou que as famílias que vivem em condições habitacionais e comunitárias pobres apresentam as maiores taxas de abertura de processos por negligência confirmada, sendo que os fatores de stress maior são as casas sobrelotadas, as condições sanitárias precárias e a exposição a ambientes perigosos. Outros estudos encontram relação significativa entre as condições habitacionais sobrelotadas e o mau-trato, verificando uma associação mais forte para negligência do que para o abuso (com exceção do abuso sexual) (Zuravin, 1986). Outros estudos exploram ainda a relação entre stress económico e social, incluindo habitações sobrelotadas e situações de abuso e negligência, sugerindo que a pobreza, famílias monoparentais e habitações sobrelotadas são preditores significativos para o abuso e negligência (Weatherburn et al., 1997). No mesmo raciocínio, Connell-Carrick (2015) enfatiza que famílias que residam nestes ambientes pobres e deficitários apresentam um ambiente social

mais pobre, rodeado de um clima social mais empobrecido e agressivo, os quais se traduzem em relações negativas e de isolamento, assim como demonstram residir em ambientes de maior violência social, doméstica ou comunitária. Casady & Lee (2002) entendem que famílias capazes de prestar cuidados físicos adequados à criança, apresentam mais escolaridade, partilham uma rede de apoios sociais, experienciam menos eventos de vida stressantes (e.g., mudanças de residência, perdas de emprego), e apresentam relações familiares mais positivas e menos quadros de depressão.

Outros investigadores demonstram de forma indireta a ligação entre rendimento e comportamentos parentais (Becker, 1993; Berger, 2004, 2007; Lindo et al., 2013; Weinberg, 2001), sugerindo que o tempo, a quantidade, a qualidade e predisposição para interações entre pais-filhos podem diminuir devido a falta de recursos financeiros. Por exemplo, as dificuldades materiais podem afetar indiretamente o mau-trato infantil, através do stress e dos quadros depressivos que esta privação pode trazer (Chaffin et al., 1996; Pelton, 2015). Paxson & Waldofoegel (2009) acrescentam outras variáveis psicológicas que interagem com a falta de recursos e a parentalidade, como a baixa auto-estima, stress, ansiedade, depressão, consumo de substâncias, determinando que o rendimento afeta a dinâmica e a estrutura familiar devido a estas questões financeiras.

Os estudos que focam as questões comunitárias relacionam a pobreza com o mau-trato infantil devido à desorganização social que caracteriza estas comunidades, uma vez que as mesmas apresentam taxas de pobreza elevadas e consequentemente falta de recursos (Logan & Molotch, 2007; Parker & Helfner, 2015). Vários estudos têm vindo a demonstrar que as condições estruturais comunitárias, como a pobreza (Coulton et al., 2007; Freisthler, Merritt, & LaScala, 2006), stress habitacional e instabilidade (Ernst, 2000; Warren & Font, 2015; Zuravin, 1989), elevada carga de cuidados infantis, pela falta de soluções e pela necessidade de trabalho em mais do que um local e/ou com sobrecarga de horários (Coulton et al., 1999), disponibilidade de substâncias (Freisthler et al., 2007), densidade residencial (Zuravin, 1986) e concentração de imigrantes (Molnar et al., 2003) tem um efeito acumulativo e de risco para o mau-trato infantil.

1.4. Objetivo do estudo

Considerando a ligação da pobreza com o mau-trato, o presente trabalho tem como principal objetivo conduzir uma revisão sistemática e meta-análise dos estudos que associam a pobreza às práticas parentais abusivas e negligentes. Especificamente, iremos explorar a

Kristina Yurieva Savova

Revisão Sistemática e Meta-análise sobre a Relação entre a Pobreza e as Práticas Parentais Abusivas e Negligentes

associação da pobreza a diferentes níveis (familiar e comunitária) com os diferentes tipos de mau-trato, nomeadamente o abuso e a negligência.

Capítulo 2 | Metodologia

2.1. Fontes de informação e estratégia de pesquisa

A pesquisa da literatura foi realizada em bases de dados eletrônicas e através de pesquisa manual, pela leitura de listas de referências de artigos importantes para o tópico. As seguintes restrições foram utilizadas na pesquisa: artigos académicos em língua inglesa, portuguesa ou espanhola, publicados desde o ano de 2000 até à data. As bases de dados eletrónicas utilizadas foram a *PsycInfo*, *Academic Search Complete*, *ERIC* e *Web of Science*. Considerando a natureza multidimensional do mau-trato, os estudos foram identificados com a utilização das combinações dos seguintes termos de pesquisa: (a) “child maltreatment” OR “child abuse” OR “child neglect”; AND (b) “poverty” OR “low income” OR “low socioeconomic status”. A pesquisa foi realizada em setembro de 2021.

2.2. Critérios de elegibilidade

Um conjunto de critérios de inclusão foi considerado para incluir os estudos: (a) estudos empíricos e quantitativos; (b) publicados em inglês, espanhol ou português; (c) com revisão por pares, publicados no intervalo 2000-2021; (c) e que analisam a associação entre variáveis de pobreza da família ou da comunidade e o mau-trato parental a crianças.

Desta forma, foram excluídos os seguintes estudos: (a) estudos que incluam apenas abuso sexual, crianças que moram na rua ou trabalho infantil; (b) com avaliação do risco de mau-trato e não ocorrência de mau-trato; (c) que analisam as percepções parentais sobre o abuso e a negligência; (d) que avaliam resultados de intervenção; (e) que avaliam o impacto do mau-trato; (f) estudos que não avaliem diretamente a pobreza, através do rendimento ou nível socioeconómico, ou a pobreza comunitária; (g) estudos que não estabelecem associações entre a pobreza e o abuso ou a negligência; (h) artigos redigidos noutras línguas; (i) revisões teóricas, sistemáticas ou meta-análises, editoriais, descrição de projetos, artigos de opinião, estudos de caso ou qualitativos.

2.3. Seleção dos estudos e extração de dados

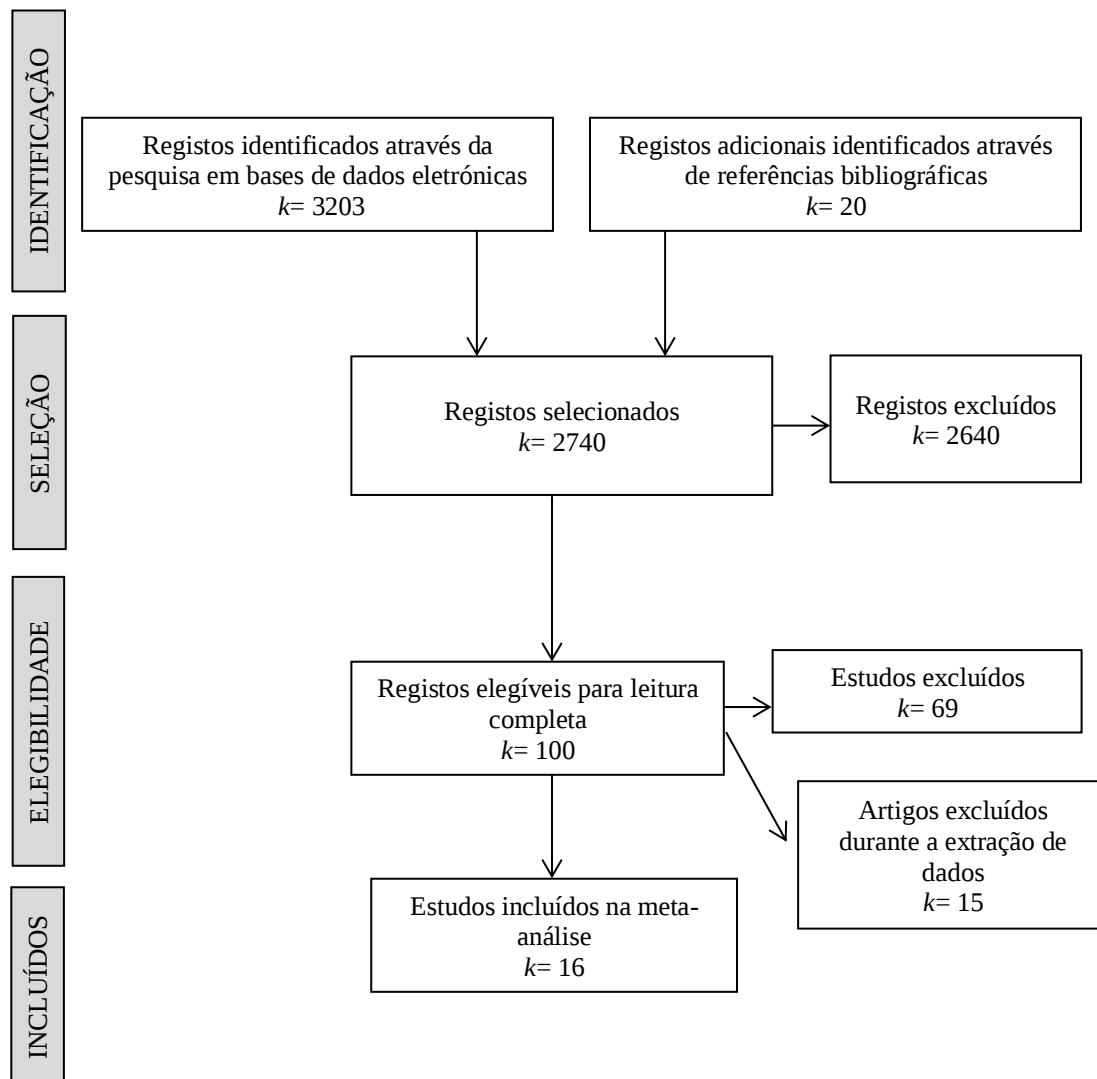
Para a seleção de estudos foi utilizado um procedimento de quatro etapas de acordo com o PRISMA (Liberati et al., 2009), através do qual foram selecionados estudos pelo título, resumo e texto completo.

Conforme demonstrado na Figura 1, na pesquisa inicial foram encontrados 3203 artigos e a pesquisa através de outras fontes (e.g., referências) gerou mais 20 artigos. Quando todos os

artigos duplicados foram removidos, 2740 foram triados quanto ao título e resumo. Destes, 100 foram selecionados para a análise de texto completo e, a seguir, 16 estudos foram selecionados para uma síntese qualitativa e quantitativa. Foi utilizado um formulário Excel desenhado especificamente para este estudo e para a extração dos dados, resumindo as características principais de cada estudo (descrição da amostra, variáveis e medidas, e resultados).

Figura 1.

Diagrama de fluxo.



2.4. Análise de dados

Para quantificar o efeito da pobreza nas práticas parentais abusivas e negligentes, o coeficiente de correlação de Pearson (r) foi calculado para cada associação entre variáveis de pobreza (condições habitacionais, emprego, rendimentos) e variáveis de mau-trato (sinalização aos serviços de proteção infantil, escalas de auto-relato de comportamentos parentais). Quando os tamanhos do efeito não foram relatados nos estudos, foi realizado um cálculo por meio das informações estatísticas disponíveis.

O coeficiente de Pearson foi a medida do efeito selecionada na medida em que os estudos são maioritariamente correlacionais e estes dados permitem uma fácil interpretação do tamanho do efeito (Field, 2005; Rosenthal & DiMatteo, 2001). Além disso, os valores de q , t , F e d podem ser transformados em correlações (Hunter & Schmidt, 2004), cálculos esses que foram realizados por meio de fórmulas propostas na literatura (Borenstein et al., 2009; Lipsey & Wilson, 2001).

Os dados foram analisados no *software* JASP (versão 0.11). Os parâmetros dos modelos foram estimados numa abordagem de eleitos aleatórios, com o método de máxima verossimilhança (e.g., Mulder et al., 2018). Em termos de viés de publicação, utilizou-se o teste de *Egger* (Sterne et al., 2005; Sterne & Egger, 2005), não se verificando um enviesamento significativo (Bias = -1.669, $p = .095$).

Adicionalmente, foi examinada a potencial moderação do tipo de mau-trato (mau-trato global, abuso, negligência) e do tipo de pobreza (familiar, comunitária).

Capítulo 3 | Resultados

3.1. Descrição dos estudos

A Tabela 1 apresenta a síntese dos estudos selecionados, considerando a sua amostra, as variáveis, medidas e principais resultados.

Amostra

As informações relativas às características da amostra entre os estudos, estão organizadas de acordo com cinco categorias: contexto, dimensão, tipo de pobreza e tipo de mau-trato.

Contexto. A maioria dos estudos analisados foram desenvolvidos no contexto norte-americano, por exemplo, Estados Unidos e Canadá ($k=13$; e.g., Aron et al., 2010; Lefebvre et al., 2017; Smith et al., 2021), seguidos pelo contexto europeu, por exemplo, Portugal ($k=1$; e.g., Pereira et al., 2013), asiático, por exemplo Japão ($k=1$; e.g., Isumi et al., 2018) e pela Austrália do Sul ($k=1$; Doidge et al., 2016).

Dimensão. Dos estudos analisados, metade deles compreendem amostras com mais de 1000 participantes, sendo que a maioria ($k=7$) incluem amostras superiores a 3000 participantes (e.g., Aron et al., 2010; Isumi et al., 2018; Lefebvre et al., 2017). Cerca de 25% dos estudos ($k=4$) compreendem amostras retiradas de programas de investigação mais abrangentes, que integram estados, municípios e comunidades. A amostra maior perfaz 95% do Estados Unidos, envolvendo um estudo nacional com uma amostra entre 2940-2980 municípios (Smith et al., 2021). Os restantes estudos abrangem amostras até 200 participantes ($k=2$; Connell-Carrick & Scannapieco, 2006; Pereira et al., 2013) e de 201 a 1000 participantes ($k=6$; Carter & Myers, 2006; Maguire-Jack & Font, 2016; Monahan, 2019).

Tipo de pobreza. Dos estudos analisados, cerca de metade analisam a pobreza comunitária (e.g., Aron et al., 2010; Maguire-Jack & Font, 2016; McLiegh et al., 2018; Smith et al., 2021), integrando participantes que provêm dos serviços de promoção e proteção ou estiveram integrados em programas de intervenção ($k=6$; e.g., Aron et al., 2010, 2014; Molnar et al., 2015; McLeigh et al., 2018), do contexto laboral ($k=1$; Millett et al., 2011), e do contexto da saúde/programa de nutrição ($k=1$; Maguire-Jack & Font, 2016). Os restantes estudos ($k=10$) analisam a pobreza familiar (e.g., Pereira et al., 2013; Isumi et al., 2018; Monahan, 2019), integrando participantes dos serviços de promoção e proteção ou estiveram integrados em programas de intervenção, prevenção e reunificação ($k=4$), do contexto escolar ($k=1$), dos serviços sociais e de saúde ($k=1$; Pereira et al., 2013), da saúde mental ($k=1$; Doidge et al., 2016), e de programas de assistência familiar ($k=1$; Slack et al., 2004). Dos estudos totais,

apenas dois analisam tanto a pobreza familiar como a comunitária (Maguire-Jack & Font, 2016; Merritt, 2009).

Tipo de mau-trato. O mau-trato foi categorizado em três tipos, mau-trato global ($k=8$; e.g., Aron et al., 2010; Millett et al., 2011; Smith et al., 2021), abuso ($k=9$; e.g., Isumi et al., 2018; Maguire-Jack & Font, 2016; Pereira et al., 2013) e negligência ($k=9$; Carter & Myers, 2006; Connell-Carrick & Scannapieco, 2006; Monahan, 2019; Slack et al., 2004). Destes resultados, seis estudos analisaram o abuso físico (e.g., Isumi et al., 2018; Molnar et al., 2016), três o abuso psicológico (e.g., Isumi et al., 2018; Maguire-Jack & Font, 2016), um o abuso emocional elevado (e.g., Doidge et al., 2016), outro o abuso emocional moderado (e.g., Doidge et al., 2016), e um analisou a negligência física (e.g., Carter & Myers, 2006).

Medidas

Medida de pobreza. Para avaliação da pobreza comunitária, os estudos utilizaram medidas como a percentagem de crianças que vivem abaixo da linha de pobreza ($k=2$; Aron et al., 2010; Molnar et al., 2016), percentagem de famílias que vivem abaixo da linha de pobreza ($k=1$; Maguire-Jack & Font, 2016), taxa de desemprego ($k=3$; e.g., Millett et al., 2011; Frioux et al., 2014), taxa de pobreza ($k=2$; McLeigh et al., 2018; Smith et al., 2021), participação da mão de obra ($k=1$; Millett et al., 2011), taxa de execução hipotecária ($k=1$; Frioux et al., 2014), e a instabilidade ($k=1$; Merritt, 2009).

Já os indicadores de pobreza familiar utilizados foram: o rendimento familiar ($k=6$; e.g., Lefebvre et al., 2017; Merritt, 2009; Monahan, 2019; Slack et al., 2004), a família ser beneficiária de apoios sociais e governamentais ($k=3$; e.g., Carter & Myers, 2006; Slack et al., 2004), as condições habitacionais ($k=3$; e.g., Connell-Carrick & Scannapieco, 2006; Doidge et

Medidas de mau-trato. Vários estudos recolheram a informação através de bases de dados nacionais, como por exemplo bases nacionais de estatística e de registo de sinalizações por mau-trato ($k=5$; e.g., Millett et al., 2011; Pereira et al., 2013; Smith et al., 2021). Um estudo recolheu informações através de programa de nutrição (Maguire-Jack & Font, 2016) e vários através dos relatórios dos serviços de promoção e proteção ($k=8$; e.g., Slack et al., 2004; Carter & Myers, 2006; Frioux et al., 2014; Lefebvre et al., 2017). Os restantes estudos ($k=3$) fizeram entrevistas aos técnicos (e.g., Carter & Myers, 2006), aos progenitores (e.g., Slack et al., 2021) e entrevistas domiciliárias (e.g., Molnar et al., 2016). Dos estudos que utilizaram escalas de avaliação ($k=7$; e.g., Pereira et al., 2013; Isumi et al., 2018; McLeigh, McDonnell & Lavenda,

2018;), verificou-se que os mais utilizados foram o *Parenting Stress Index* (PSI-SF; Abidin, 1995) e o *Conflict Tactics Scale* (PC-CTS; Strauss & Gelles, 1990).

Desenho dos estudos e análise de dados

Ao analisar o desenho de investigação dos estudos é possível distinguir a predominância dos estudos de corte transversal (*cross sectional studies*) ($k=15$; e.g., Molnar et al., 2016; Lefebvre et al., 2017; Smith et al., 2021) em comparação com os estudos longitudinais ($k=1$; e.g., Slack et al., 2004).

Os dados foram analisados com recurso a análises de regressão multivariada/simples ($k=8$; e.g., Carter & Myers, 2006; Connell-Carrick & Scanapieco, 2006), análise de variância (ANOVA; $k=1$; Smith et al., 2021), diferenças entre grupos ou testes de associação (e.g., Chi-square, Person correlations; $k=7$; e.g., McLeigh, McDonell & Lavender, 2016; Lefebvre et al., 2017) e modelos lineares hierárquicos ($k=$; Slack et al., 2004; Merritt, 2009).

Tabela 1.

Síntese das características dos estudos.

Autor e ano	Amostra	Tipo de pobreza	Medida de avaliação da pobreza	Tipo de mau-trato	Sub-tipo de mau-trato	r
Aron et al., 2010	4490 crianças	Comunitária	% de crianças abaixo da linha de pobreza	Mau-trato global		.520
Carter & Myers, 2006	431 crianças	Familiar	Vale-refeição	Negligência	Negligência física	.110
			Apoios sociais e governamentais			.080
			Desemprego			.120
			Seguro de saúde			.120
Connell-Carrick & Scannapieco, 2006	148 famílias	Familiar	Rendimento	Negligência		-.060
Doidge et al., 2016	2443 famílias	Familiar	Percepção retrospectiva de pobreza	Mau-trato global		.285
				Abuso	Abuso emocional elevado	.259
					Abuso emocional moderado	.241
					Abuso físico	.360
				Negligência		.238
Frioux et al., 2014	67 municípios	Comunitária	Taxa de desemprego	Mau-trato global		.340
			Taxa de execução hipotecária			.360
Isumi et al., 2018	3944 pais	Familiar	Índice de pobreza	Abuso	Abuso físico	.140
				Negligência	Abuso psicológico	.080
						.140
Lefebvre et al., 2017	3790 processos dos serviços de proteção	Familiar	Índice de dificuldades económicas	Mau-trato global		.176

Revisão Sistemática e Meta-análise sobre a Relação entre a Pobreza e as Práticas Parentais Abusivas e Negligentes

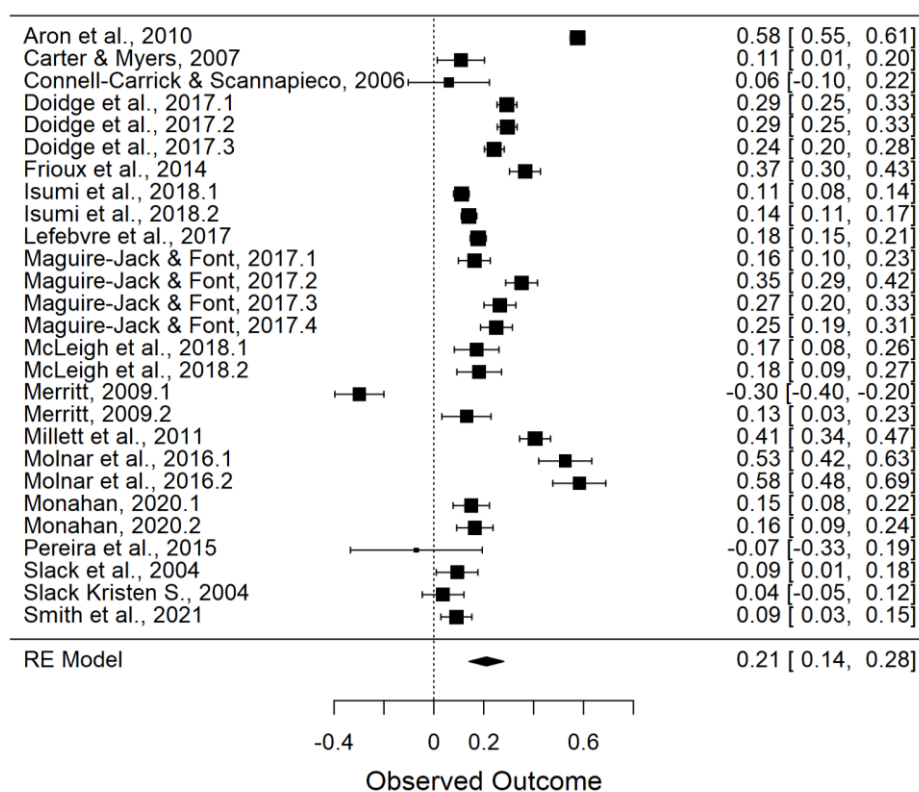
Maguire-Jack & Font, 2016	946 pais	Comunitária	% de famílias abaixo da linha de pobreza	Abuso	Abuso físico	.278
				Negligência	Abuso psicológico	.043
						.338
		Familiar	Índice de pobreza	Abuso	Abuso físico	.285
					Abuso psicológico	.232
				Negligência		.246
McLeigh et al., 2018	483 pais	Comunitária	Taxa de pobreza	Abuso		.170
				Negligência		.180
Merritt, 2009	400 famílias	Familiar	Rendimento	Abuso		-.290
		Comunitária	Taxa de pobreza	Abuso		.130
Millett et al., 2011	7 estados	Comunitária	Desemprego	Mau-trato global		.740
			Vale-refeição			.267
Molnar et al., 2016	343 comunidades	Comunitária	Taxa de pobreza infantil	Abuso	Abuso físico	.483
				Negligência		.525
Monahan, 2019	727 famílias	Familiar	Instabilidade do rendimento	Negligência		.149
				Abuso		.163
Pereira et al., 2013	58 mães	Familiar	Estatuto socioeconómico	Abuso		-.070
Slack et al., 2004	554 famílias	Familiar	Rendimento	Negligência		-.070
			Beneficiário apoios governamentais			.180
			Privação material			.030
			Rendimento	Abuso		.060
			Beneficiário de apoios governamentais			.120
			Privação material			.050
Smith et al., 2021	1745 municípios	Comunitária	Índice de pobreza infantil	Mau-trato global		.090

3.2. Meta-análise

Dezasseis estudos envolvendo 27 tamanhos de efeito diferentes examinaram a relação entre a pobreza e o mau-trato infantil. A meta-análise produziu um tamanho do efeito global significativo e moderado ($r = 0.208, p < .001$), que indicou que a pobreza explica parcialmente o mau-trato. A representação gráfica da meta-análise, através do *forest plot*, é apresentada na Figura 2.

Figura 2.

Representação gráfica da meta-análise.



O teste de heterogeneidade residual indicou heterogeneidade dos tamanhos de efeito e a necessidade de testar moderadores, ($Q(26) = 975.41, p < .001$; $I^2 = 97.64\%$, 95% CI: 96.14%, 98.80%). O tipo de mau-trato e o tipo de pobreza foram as variáveis testadas na análise moderadora, revelando um efeito significativo ($p < .001$). Especificamente, os dados revelaram que, os estudos que analisam a pobreza comunitária demonstram um efeito maior no mau-trato ($r = .311$) do que os estudos que analisam a pobreza familiar ($r = .134$). Adicionalmente, o efeito de moderação do tipo de mau-trato revela que esta associação com a pobreza é mais elevada

nos estudos que analisaram o mau-trato global ($r = .309$) e a negligência ($r = .216$), em comparação com os estudos que analisaram o abuso ($r = .141$).

Capítulo 4 | Discussão

A presente revisão sistemática e meta-análise teve como objetivo sumarizar as evidências que exploram a associação entre a pobreza e a parentalidade abusiva e negligente, e explorar papel do tipo de pobreza e do tipo de mau-trato nesta associação. De um modo geral, as evidências da síntese qualitativa e quantitativa de dezasseis estudos sugerem que a pobreza tem um efeito negativo no mau-trato.

A maioria dos estudos investigou a pobreza familiar, nos contextos dos serviços de proteção (Connell-Carrick & Scannapieco, 2006; Monahan, 2019), segurança social (Slack et al, 2004), saúde (Pereira et al, 2013; Maguire-Jack & Font, 2016) e no contexto escolar (Isumi, 2018) e, o mau-trato, quer global, quer o abuso ou a negligência foram numericamente repartidos nos estudos mas quando analisados através dos subtipos, o abuso (físico e emocional e psicológico) destacou-se como o mau-trato mais analisado. Esta tem sido de facto a tendência encontrada na literatura que, apesar da elevada prevalência da negligência, esta tem sido menos estudada relativamente a outros tipos de mau-trato como o abuso (Stoltenborgh et al., 2015). Para além disso, a investigação na área do mau-trato tem sido essencialmente baseada nos registos dos serviços de proteção, considerando poucas vezes os diferentes tipos de mau-trato (Warmingham et al., 2018).

Esta associação, ainda que moderada, entre a desvantagem socioeconómica e o risco de mau-trato tem sido estabelecida na literatura (Slack et al, 2003; 2004; Trickett, Carlson & Cicchetti, 1991), utilizando como variáveis de pobreza o desemprego e ser beneficiário de apoios sociais e governamentais (Slack et al, 2003; 2004; Monahan, 2019), entre outras. No entanto, a investigação tem sido consensual na ideia de que a pobreza não tem uma associação direta com o mau-trato, sugerindo a existência de mecanismos como o stress associado à privação material que contribui para uma parentalidade maltratante (Shanahan et al, 2017).

Os resultados revelaram ainda efeitos moderadores significativos do tipo de pobreza e do tipo de mau-trato. Especificamente, a pobreza comunitária parece estar mais associada ao mau-trato do que a pobreza familiar, o que vai ao encontro de estudos prévios que sugerem que os contextos de pobreza comunitária aumentam o risco de mau-trato (Aron et al, 2010), nomeadamente negligência (Slack et al, 2004). Considerando que deste tipo de pobreza pode resultar um elevado nível de stress familiar, que sendo cumulativo (ou seja, é uma acumulação de vários fatores de risco como estar inserido em comunidades instáveis e agressivas, residir em contextos com altas taxas de desemprego, pertencer a um núcleo familiar beneficiário de apoios sociais e governamentais, residir em condições habitacionais reduzidas, considerando também dentro desta esfera o tipo de habitação e a sobrelotação habitacional, a obtenção de um

baixo rendimento, possuir baixo grau de escolaridade e ter pouco suporte social), extravasa para as interações pais filhos (Conger et al., 1992). Adicionalmente, os resultados sugerem que a pobreza apresenta um efeito mais elevado no mau-trato global e na negligência, em comparação com o abuso. Por um lado, considerando que o mau-trato global foi medido, na maioria dos estudos, pelas sinalizações aos serviços de proteção, este resultado pode estar associado ao facto de que as crianças pobres estão mais representadas nos serviços e são mais sinalizadas (Jonson-Reid et al., 2009). Por outro lado, a negligência tem sido associada à pobreza pelas próprias similaridades entre os construtos que têm, na sua base, a experiência de privação (e.g., Cooper, 2021).

Apesar dos resultados promissores, o presente trabalho apresenta um conjunto de limitações que devem ser discutidas. Em primeiro lugar, este estudo não aborda uma análise multinível, considerando que esta seria importante para controlar a variância dentro de cada estudo dado que foram extraídos vários tamanhos do efeito do mesmo estudo e da mesma amostra (Assink et al., 2015). Adicionalmente, os estudos incluídos não foram sujeitos a uma avaliação qualitativa no âmbito deste trabalho, que permitiria analisar a qualidade metodológica dos mesmos. Ainda, os estudos incluídos apresentam diferenças metodológicas e, por tal, a análise do efeito de moderação destas características teria sido importante (o que não foi possível devido ao número reduzido de estudos).

Além das limitações da revisão sistemática e meta-análise, os estudos incluídos apresentam igualmente um conjunto de limitações, nomeadamente metodológicas que importa evidenciar. Em primeiro lugar, a maioria dos estudos analisados envolvem um desenho transversal, incluindo apenas um com uma abordagem longitudinal, impedindo uma discussão focada nas relações causais. Também uma percentagem significativa destes estudos foi desenvolvida no contexto norte americano e apenas um no contexto Português (contexto da atual investigação), dificultando uma visão mais abrangente, demonstrando a necessidade de o contexto europeu investir neste tipo de estudos, assim como em países menos desenvolvidos. Foram ainda incluídos alguns estudos que representam amostras pequenas e convenientes (e.g., Connell-Carrick & Scannapieco, 2006; Pereira et al., 2013) que podem dificultar a representatividade dos resultados. Adicionalmente, a pesquisa apresenta uma limitação temporal pela seleção de artigos entre 2000 a 2021, que não permitiu analisar a evolução da associação entre a pobreza e o mau-trato ao longo do tempo, e esta decisão teve por base a ideia de que, face aos recursos (dado que é uma dissertação de mestrado), interessava-nos perceber esta associação nas últimas décadas considerando as novas formas de pobreza,

entendidas num contexto mais alargado de exclusão social (Perista & Baptista, 2010). Por último, a pobreza é um construto multidimensional e complexo (Pereira, 2010), e a maioria dos estudos analisados baseou-se numa conceptualização simplista e restritiva deste construto (por exemplo, com foco em contextos específicos e/ou tipos particulares de áreas e medições).

Conclusão

Com este estudo pretendeu-se compreender a associação entre os diferentes níveis de pobreza com os diferentes tipos de mau-trato. De um modo geral, através da revisão sistemática da literatura e meta-análise dos estudos, os resultados sugerem que a pobreza está parcialmente associada ao mau-trato exercendo um efeito negativo.

No entanto, e apesar da literatura demonstrar que a maioria dos estudos tendencialmente investigam a pobreza familiar (Carter & Myers, 2006), estudos que medem a privação económica ao nível comunitário encontraram uma associação mais forte com o mau-trato infantil (e.g., Maguire-Jack & Font, 2016). Com base nesta revisão sistemática e meta-análise, os resultados revelaram um tamanho do efeito maior no mau-trato quando analisaram a pobreza comunitária (vs. pobreza familiar) e, sugerem, que contextos de pobreza aumentam o risco para a ocorrência de práticas parentais maltratantes, ou negligentes (vs. abusivas).

Os resultados desta revisão sistemática e meta-análise vão de encontro aos modelos ecológicos (Belsky, 1980; Bronfenbrenner, 1994), que sugerem que as interações diretas ou indiretas, micro-, meso-, exo-, macro-, crono e onto-sistemas, afetam as relações familiares e que os fatores de stress familiar são explicativos do mau-trato. Os nossos resultados destacam a importância da interação entre variáveis menos diretas à criança (como a comunidade e fatores sociais) e as variáveis mais diretas, como a família, na medida que afeta indiretamente o bem-estar dos pais e as consequentes interações com a criança (Maguire-Jack & Font, 2016).

Por fim, o presente trabalho apresenta importantes contributos para a investigação futura, suportando a necessidade de ações de combate à pobreza como parte de um esforço abrangente com o objetivo de prevenir o mau-trato infantil. Além disso, estes resultados também destacam a dificuldade em utilizar dados recolhidos através das estatísticas provenientes dos serviços de proteção, que não correspondem ao volume real dos casos, sendo importante encontrar medidas mais robustas e consistentes de incidência do mau-trato infantil que não dependam das mudanças nas práticas e protocolos destes serviços. Para além disso, a não uniformização dos registos dos serviços de proteção coloca desafios à condução de estudos transculturais, importantes para o delineamento de políticas regionais (como por exemplo, na União Europeia).

Relativamente às implicações do presente estudo para a prática, os resultados reforçam a importância da prevenção do mau-trato junto das famílias em situação de pobreza, e que habitam em comunidades mais vulneráveis. É sabido que as famílias em situação de pobreza estão bastante mais expostas a fatores de risco, como desorganização do ambiente familiar e das rotinas (e.g., Evans et al., 2005), depressão parental e abuso de substâncias (e.g., Chaffin et

al, 1996) e estas famílias apresentam menos recursos para enfrentar os desafios associados à pobreza (Ceballo & McLoyd, 2002). Tais intervenções também podem promover interações positivas entre pais e filhos durante a primeira infância e adolescência, o que pode fortalecer os fatores de proteção para maus-tratos infantis na família (Stith et al, 2009). Estes resultados informam sobre a necessidade das comunidades e países em situação de maior pobreza investirem intervenções parentais baseadas em evidências como meio de combate à violência (McCoy, Melendez-Torres & Gardner, 2019).

Referências

- APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2011). *Manual Crianças e Jovens vítimas de violência: Compreender, intervir e prevenir*. <https://apav.pt>
- Aron, A., Ketay, S., Hedden, T., Aron, E. N., Rose Markus, H., & Gabrieli, J. D. (2010). Temperament trait of sensory processing sensitivity moderates cultural differences in neural response. *Social Cognitive and Affective Neuroscience*, 5(2-3), 219–226. <https://doi.org/10.1093/scan/nsq028>
- Ashiabi, G. S., & O’Neal, K. K. (2015). Child Social Development in Context. *SAGE Open*, 5(2), 215824401559084. <https://doi.org/10.1177/2158244015590840>
- Assink M, Van der Put CE, Hoeve M, De Vries SLA, Stams GJJM and Oort FJ (2015) Risk factors for persistent delinquent behavior among juveniles: A meta-analytic review. *Clinical Psychology Review*, 42, 47–61. <https://doi:10.1016/j.cpr.2015.08.002>.
- Atkinson, L., Beitchman, J., Gonzalez, A., Young, A., Wilson, B., Escobar, M., Chisholm, V., Brownlie, E., Khoury, J. E., Ludmer, J., & Villani, V. (2015). Cumulative risk, cumulative outcome: A 20-Year longitudinal study. *PlosONE*, 10(6), e0127650. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0127650>
- Azevedo, M. C., & Maia, Â. C. (2006). Maus-tratos à criança. Climepsi.
- Becker, G. S. (1993). Nobel lecture: The economic way of looking at behavior. *Journal of Political Economy*, 101(3), 385-409. <https://doi/abs/10.1086/261880>
- Belsky, J. (1980). Child maltreatment: an ecological integration. *American psychologist*, 35(4), 320–335. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.35.4.320>
- Belsky, J. (1984). The Determinants of Parenting: A Process Model. *Child Development*, 55(1), 83–96. <https://doi.org/10.2307/1129836>
- Belsky, J. (1993). Etiology of child maltreatment: A developmental ecological analysis. *Psychological Bulletin*, 114(3), 413–434. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.114.3.413>
- Belsky, J., & Jaffee, S. (2015). The multiple determinants of parenting. In D. Cicchetti & D. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology: Risk, disorder and adaptation* (2nd ed., Vol. 3., pp. 38–85). New York: Wiley.
- Berger, L. M. (2004). Income, family structure, and child maltreatment risk. *Children and Youth Services Review*, 26(8), 725–748. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2004.02.017>
- Berger, L. M. (2007). Socioeconomic factors and substandard parenting. *Social Service Review*, 81(3), 485-522. <https://doi/abs/10.1086/520963>

- Borenstein, M., Hedges, L. V., Higgins, J. P. T., & Rothstein, H. R. (2009). *Introduction to Meta-Analysis*. <https://doi.org/10.1002/9780470743386>
- Bronfenbrenner, U. (1974). Developmental Research, Public Policy, and the Ecology of Childhood. *Child Development*, 45(1), 1–5. <https://doi.org/10.2307/1127743>
- Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, 32(7), 513–531. <https://doi.org/10.1037/0003-066x.32.7.513>
- Bronfenbrenner, U. (1994). Ecological models of human development. In *International Encyclopedia of Education* (Vol. 3, 2nd ed.). Oxford: Elsevier.
- Bronfenbrenner, U., & Evans, G. W. (2000). Developmental science in the 21st century: Emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. *Social Development*, 9(1), 115–125. <https://doi.org/10.1111/1467-9507.00114>
- Calheiros, M. M. (2006). *A construção social do mau-trato e negligência parental: Do senso comum ao conhecimento científico*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Calheiros, M. M., & Monteiro, M. B. (2000). Mau-trato e negligência parental. Contributos para a definição social dos conceitos. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 34, 145-176. <https://doi.org/10.1111/1467-9507.00114>
- Camilo, C., Garrido, M. V., & Sá, M. O. (2013). Desenho e avaliação de programas de desenvolvimento de competências parentais para pais negligentes: Uma revisão e reflexão. *Análise Psicológica*, 31, 245-268. <https://doi.org/10.14417/S0870-8231201300030003>
- Camilo, C., Garrido, M. V., & Sá, M. O. (2013a). Avaliação de um programa de desenvolvimento de competências parentais. In M. M. Calheiros & M. V. Garrido (Eds.), *Crianças em risco e perigo – Contextos, investigação e intervenção* (vol. 3, pp. 208-237). Lisboa: Edições Sílabo.
- Carter, V., & Myers, M. R. (2007). Exploring the risks of substantiated physical neglect related to poverty and parental characteristics: A national sample. *Children and Youth Services Review*, 29(1), 110–121. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2006.08.002>
- Cassady, M. A., & Lee, R. E. (2002). Environments of physically neglected children. *Psychological reports*, 91(3), 711-721. <https://doi.org/10.2466/pr0.2002.91.3.711>
- Ceballo, R., & McLoyd, V. C. (2002). Social support and parenting in poor, dangerous neighborhoods. *Child Development*, 73(4), 1310–1321. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00473>

- Chaffin, M., Kelleher, K., & Hollenberg, J. (1996). Onset of physical abuse and neglect: Psychiatric, substance abuse, and social risk factors from prospective community data. *Child abuse and neglect*, 20(3), 191–203.
- Choi, M. J. (2017). The effects of economic factors on the out-of-home placement for maltreated children. *Children and Youth Services Review*, 81, 40–53.
<https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2017.06.070>
- Chung, G., Lanier, P., & Chen, D. (2021). What predicts mothers' use of spanking in the first 6 years of early childhood? A latent growth curve analysis. *Child & Family Social Work*. <https://doi.org/10.1111/cfs.12866>
- Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco [CPCJ]. (2011). *Relatório anual de avaliação da atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em 2020*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, IP.
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ). (2021). <https://www.cnpdpj.gov.pt/inicio>
- Comissão sobre os Direitos Sociais, Económicos e Culturais, das Nações Unidas (2021). Eliminar a pobreza. Nações Unidas - ONU Portugal. <https://unric.org/pt/eliminar-a-pobreza/>
- Conger, R. D., Conger, K. J., Elder, G. H., Lorenz, F. O., Simons, R. L., & Whitbeck, L. B. (1992). A family process model of economic hardship and adjustment of early adolescent boys. *Child Development*, 63(3), 526. <https://doi.org/10.2307/1131344>
- Connell, C. M., Bergeron, N., Katz, K. H., Saunders, L., & Tebes, J. K. (2007). Re-referral to child protective services: The influence of child, family, and case characteristics on risk status. *Child Abuse & Neglect*, 31(5), 573–588.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2006.12.004>
- Connell-Carrick, K., & Scannapieco, M. (2006). Ecological Correlates of Neglect in Infants and Toddlers. *Journal of Interpersonal Violence*, 21(3), 299–316.
<https://doi.org/10.1177/0886260505282884>
- Conrad-Hiebner, A., & Scanlon, E. (2015). The Economic Conditions of Child Physical Abuse: A Call for a National Research, Policy, and Practice Agenda. *Families in Society. The Journal of Contemporary Social Services*, 96(1), 59–66.
<https://doi.org/10.1606/1044-3894.2015.96.8>

- Cooper K. (2021). Are Poor Parents Poor Parents? The Relationship between Poverty and Parenting among Mothers in the UK. *Sociology*, 55(2), 349-383.
<https://doi.org/10.1177/0038038520939397>
- Coulton, C. J., Crampton, D. S., Irwin, M., Spilsbury, J. C., & Korbin, J. E. (2007). How neighborhoods influence child maltreatment: A review of the literature and alternative pathways. *Child Abuse & Neglect*, 31(11-12), 1117–1142.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2007.03.023>
- Coulton, C. J., Korbin, J. E., & Su, M. (1999). Neighborhoods and child maltreatment: a multi-level study. *Child Abuse & Neglect*, 23(11), 1019–1040.
[https://doi.org/10.1016/s0145-2134\(99\)00076-9](https://doi.org/10.1016/s0145-2134(99)00076-9)
- Doidge, J. C., Higgins, D. J., Delfabbro, P., & Segal, L. (2017). Risk factors for child maltreatment in an Australian population-based birth cohort. *Child Abuse & Neglect*, 64, 47–60. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.12.002>
- Doidge, J. C., Higgins, D. J., Delfabbro, P., Edwards, B., Vassallo, S., Toumbourou, J. W., & Segal, L. (2017). Economic predictors of child maltreatment in an Australian population-based birth cohort. *Children and Youth Services Review*, 72, 14–25.
<https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2016.10.012>
- Dubowitz, H., Newton, R. R., Litrownik, A. J., Lewis, T., Briggs, E. C., Thompson, R., ... & Feerick, M. M. (2005). Examination of a conceptual model of child neglect. *Child maltreatment*, 10(2), 173-189, <https://doi.org/10.1177/1077559505275014>
- Dworsky, A., Courtney, M. E., & Zinn, A. (2007). Child, parent, and family predictors of child welfare services involvement among TANF applicant families. *Children and Youth Services Review*, 29(6), 802–820. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2006.12.007>
- EAPN. (2021, July 26). 25 anos de rendimento social de inserção. EAPN.
- Easterbrooks, M. A., Chaudhuri, J. H., Bartlett, J. D., & Copeman, A. (2011). Resilience in parenting among young mothers: Family and ecological risks and opportunities. *Children and Youth Services Review*, 33(1), 42–50.
<https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2010.08.010>
- Ernst J. S. (2000). Mapping child maltreatment: looking at neighborhoods in a suburban county. *Child welfare*, 79(5), 555–572.
- Evans, G. W., Gonnella, C., Marcynyszyn, L. A., Gentile, L., & Salpekar, N. (2005). The Role of Chaos in Poverty and Children's Socioemotional Adjustment. *Psychological Science*, 16(7), 560–565. <https://doi.org/10.1111/j.0956-7976.2005.01575.x>

- Ferreira, C., Magalhães, E., Antunes, C., & Camilo, C. (2020). Victimization Experiences and Well-Being in Adulthood: A Systematic Review and Meta-Analysis. *Violence and Victims*, 35(6), 783–814. <https://doi.org/10.1891/vv-d-19-00026>
- Figueiredo, B. (1998). Maus-tratos à criança e ao adolescente (II): Consideração a respeito do impacto desenvolvimental. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*, 3, 197-216.
- Freisthler, B., Gruenewald, P. J., Remer, L. G., Lery, B., & Needell, B. (2007). Exploring the Spatial Dynamics of Alcohol Outlets and Child Protective Services Referrals, Substantiations, and Foster Care Entries. *Child Maltreatment*, 12(2), 114–124. <https://doi.org/10.1177/1077559507300107>
- Freisthler, B., Merritt, D. H., & LaScala, E. A. (2006). Understanding the Ecology of Child Maltreatment: A Review of the Literature and Directions for Future Research. *Child Maltreatment*, 11(3), 263–280. <https://doi.org/10.1177/1077559506289524>
- Frioux, S., Wood, J. N., Fakeye, O., Luan, X., Localio, R., & Rubin, D. M. (2014). Longitudinal Association of County-Level Economic Indicators and Child Maltreatment Incidents. *Maternal and Child Health Journal*, 18(9), 2202–2208. <https://doi.org/10.1007/s10995-014-1469-0>
- Gal, T. (2017). An ecological model of child and youth participation. *Children and Youth Services Review*, 79, 57-64. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2017.05.029>
- Garbarino, J., & Sherman, D. (1980). High-Risk Neighborhoods and High-Risk Families: The Human Ecology of Child Maltreatment. *Child Development*, 51(1), 188. <https://doi.org/10.2307/1129606>
- Gaudin, J. (1993). *Child neglect: A guide for intervention*. Washington: U.S. Department of Health and Human Services.
- Hunter, J. E., & Schmidt, F. L. (2004). *Methods of Meta-Analysis: Correcting Error and Bias in Research Findings* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Instituto Nacional de Estatística - INE. (2019). <https://www.ine.pt>
- Isumi, A., Fujiwara, T., Nawa, N., Ochi, M., & Kato, T. (2018). Mediating effects of parental psychological distress and individual-level social capital on the association between child poverty and maltreatment in Japan. *Child Abuse & Neglect*, 83, 142–150. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.07.005>
- Jaffee, A. C. (2011). Failure to Thrive: Current Clinical Concepts. *Pediatrics in Review*, 32(3), 100–108. <https://doi.org/10.1542/pir.32-3-100>

- Jensen, J.R. (2009) *Remote Sensing of the Environment: An Earth Resource Perspective*, 2nd Edition, Pearson Education India, New Delhi, 613 p.
- Jolliffe, D., & Farrington, D. P. (2004). Empathy and offending: A systematic review and meta-analysis. *Aggression and Violent Behavior*, 9(5), 441–476. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2003.03.001>
- Jolliffe, D., Datt, G., & Sharma, M. (2004). Robust Poverty and Inequality Measurement in Egypt: Correcting for Spatial-price Variation and Sample Design Effects. *Review of Development Economics*, 8(4), 557–572. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9361.2004.00252.x>
- Jonson-Reid, M., Drake, B., & Kohl, P. L. (2009). Is the overrepresentation of the poor in child welfare caseloads due to bias or need?. *Children and youth services review*, 31(3), 422–427. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2008.09.009>
- Jose, N. (2005). Child poverty: is it child abuse? *Paediatric Care*, 17(8), 20–23. <https://doi.org/10.7748/paed2005.10.17.8.20.c1007>
- Karen F. Parker & M. Kristen Hefner (2015) Intersections of Race, Gender, Disadvantage, and Violence: Applying Intersectionality to the Macro-Level Study of Female Homicide, *Justice Quarterly*, 32:2, 223-254. <https://doi.org/10.1080/07418825.2012.761719>
- Khamis, V. (2000). Child psychological maltreatment in Palestinian families. *Child Abuse & Neglect*, 24(8), 1047–1059. [https://doi.org/10.1016/s0145-2134\(00\)00157-5](https://doi.org/10.1016/s0145-2134(00)00157-5)
- Kim, H., Wildeman, C., Jonson-Reid, M., & Drake, B. (2017). Lifetime prevalence of investigating child maltreatment among US children. *American Journal of Public Health*, 107, 274–280. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2016.303545>
- Klevens, J., Barnett, S. B. L., Florence, C., & Moore, D. (2015). Exploring policies for the reduction of child physical abuse and neglect. *Child Abuse & Neglect*, 40, 1–11. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2014.07.013>
- Kotch, J. B., Browne, D. C., Ringwalt, C. L., Stewart, P. W., Ruina, E., Holt, K., Lowman, B., & Jung, J. W. (1995). Risk of child abuse or neglect in a cohort of low-income children. *Child Abuse & Neglect*, 19(9), 1115–1130. [https://doi.org/10.1016/0145-2134\(95\)00072-g](https://doi.org/10.1016/0145-2134(95)00072-g)
- L.G. Bellù, P. Liberati (2005) Impacts of Policies on Poverty. Absolute Poverty Lines Food and Agriculture Organization of the United Nations, FAO (2005)

- LeCroy, C. W., & Whitaker, K. (2005). Improving the quality of home visitation: An exploratory study of difficult situations. *Child Abuse & Neglect*, 29(9), 1003–1013. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2005.04.003>
- Lee, B. J., & Goerge, R. M. (1999). Poverty, early childbearing, and child maltreatment: A multinomial analysis. *Children and Youth Services Review*, 21(9-10), 755–780. [https://doi.org/10.1016/s0190-7409\(99\)00053-5](https://doi.org/10.1016/s0190-7409(99)00053-5)
- Lefebvre, R., Fallon, B., Van Wert, M., & Filippelli, J. (2017). Examining the Relationship between Economic Hardship and Child Maltreatment Using Data from the Ontario Incidence Study of Reported Child Abuse and Neglect-2013 (OIS-2013). *Behavioral Sciences*, 7(4), 6. <https://doi.org/10.3390/bs7010006>
- Lei 147/99, de 1 de Setembro. Diário da República n.º 204, série I-A, de 1 de Setembro de 1999.
- Letourneau, N., Salmani, M., & Duffett-Leger, L. (2010). Maternal depressive symptoms and parenting of children from birth to 12 years. *Western Journal of Nursing Research*, 32(5), 662–685. <https://doi.org/10.1177/0193945909359409>
- Liberati, A., Altman, D. G., Tetzlaff, J., Mulrow, C., Gøtzsche, P. C., Ioannidis, J. P. A., Clarke, M., Devereaux, P. J., Kleijnen, J., & Moher, D. (2009). The PRISMA Statement for Reporting Systematic Reviews and Meta-Analyses of Studies That Evaluate Health Care Interventions: Explanation and Elaboration. *PLoS Medicine*, 6(7), e1000100. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000100>
- Liel, C., Ulrich, S. M., Lorenz, S., Eickhorst, A., Fluke, J., & Walper, S. (2020). Risk factors for child abuse, neglect, and exposure to intimate partner violence in early childhood: Findings in a representative cross-sectional sample in Germany. *Child Abuse & Neglect*, 106, 104487. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104487>
- Lindo, J. M., Swensen, I. D., & Waddell, G. R. (2013). Alcohol and student performance: Estimating the effect of legal access. *Journal of Health Economics*, 32(1), 22–32. <https://doi.org/10.1016/j.jhealeco.2012.09.009>
- Lisa R. Kiesel, Kristine N. Piescher & Jeffrey L. Edleson (2016) The Relationship Between Child Maltreatment, Intimate Partner Violence Exposure, and Academic Performance, *Journal of Public Child Welfare*, 10:4, 434-456. <https://doi.10.1080/15548732.2016.1209150>
- Logan, J. R., & Molotch, H. L. (2007). *Urban Fortunes: The Political Economy of Place*. (20th anniversary ed.) University of California Press.

- Lovejoy, C. M., Graczyk, P. A., O'Hare, E., & Neuman, G. (2000). Maternal depression and parenting behavior: A meta-analytic review. *Clinical Psychology Review*, 20(5), 561–592. [https://doi.org/10.1016/S0272-7358\(98\)00100-7](https://doi.org/10.1016/S0272-7358(98)00100-7)
- Lowenthal, B. (2000). Child Maltreatment: Effects on Development and Learning. ERIC Number: ED470909.
- Machado, C. (1996). Maus-tratos de menores, vitimização e poder: proposta de um modelo integrado de análise. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 1, 133-148.
- Maguire-Jack, K., & Font, S. A. (2017). Intersections of individual and neighborhood disadvantage: Implications for child maltreatment. *Children and Youth Services Review*, 72, 44–51. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2016.10.015>
- Manly, J., Cicchetti, D., & Barnett, D. (1994). The impact of subtype, frequency, chronicity, and severity of child maltreatment on social competence and behavior problems. *Development and Psychopathology*, 6(1), 121-143. <https://doi.org/10.1017/S0954579400005915>
- Mastorakos, T., & Scott, K. L. (2019). Attention biases and social-emotional development in preschool-aged children who have been exposed to domestic violence. *Child Abuse & Neglect*, 89, 78–86. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.01.001>
- McBarnet, D., Voiculescu, A., & Campbell, T. (2007). The new corporate accountability: Corporate social responsibility and the law. Cambridge University Press.
- McCoy, A., Melendez-Torres, G. J., & Gardner, F. (2020). Parenting interventions to prevent violence against children in low- and middle-income countries in East and Southeast Asia: A systematic review and multi-level meta-analysis. *Child Abuse & Neglect*, 103, 104444. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104444>
- McDaniel, M., & Slack, K. S. (2005). Major life events and the risk of a child maltreatment investigation. *Children and Youth Services Review*, 27(2), 171–195. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2004.08.015>
- McLeigh, Jill D., et al. “Neighborhood Poverty and Child Abuse and Neglect: The Mediating Role of Social Cohesion.” *Children and Youth Services Review*, vol. 93, Oct. 2018, pp. 154–160. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.07.018>
- Merritt, D. H. (2009). Child abuse potential: Correlates with child maltreatment rates and structural measures of neighborhoods. *Children and Youth Services Review*, 31(8), 927–934. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2009.04.009>

- Millett, L., Lanier, P., & Drake, B. (2011). Are economic trends associated with child maltreatment? Preliminary results from the recent recession using state level data. *Children and Youth Services Review*, 33(7), 1280–1287.
<https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2011.03.001>
- Molnar, B. E., Buka, S. L., Brennan, R. T., Holton, J. K., & Earls, F. (2003). A Multilevel Study of Neighborhoods and Parent-to-Child Physical Aggression: Results From the Project on Human Development in Chicago Neighborhoods. *Child Maltreatment*, 8(2), 84–97. <https://doi.org/10.1177/1077559502250822>
- Molnar, B. E., Goerge, R. M., Gilsanz, P., Hill, A., Subramanian, S. V., Holton, J. K., Duncan, D. T., Beatriz, E. D., & Beardslee, W. R. (2016). Neighborhood-level social processes and substantiated cases of child maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 51, 41–53.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.11.007>
- Monahan, E. K. (2020). Income instability and child maltreatment: Exploring associations and mechanisms. *Children and Youth Services Review*, 108, 104596.
<https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2019.104596>
- Mulder, T. M., Kuiper, K. C., van der Put, C. E., Stams, G.-J. J. M., & Assink, M. (2018). Risk factors for child neglect: A meta-analytic review. *Child Abuse & Neglect*, 77, 198–210. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.01.006>
- Murray, C. (1985). Have the Poor Been “Losing Ground”? *Political Science Quarterly*, 100(3), 427. <https://doi.org/10.2307/2151066>
- Paxson, C., & Waldfogel, J. (1999). Parental Resources and Child Abuse and Neglect. *American Economic Review*, 89(2), 239–244. <https://doi.org/10.1257/aer.89.2.239>
- Paxson, C., & Waldfogel, J. (2002). Welfare reforms, family resources, and child maltreatment. *Journal of Policy Analysis and Management*, 22(1), 85–113.
<https://doi.org/10.1002/pam.10097>
- Pelton, L. (2015). The continuing role of material factors in child maltreatment and placement. *Child abuse and neglect*, 41, 30–39.
- Pereira & Alarcão (2010). A tomada de decisão no âmbito da avaliação das capacidades parentais. *Temas em Psicologia*, 18(2), 499–513. <https://doi.org/10.34628/5r56-r473>
- Pereira, M., Negrão, M., Soares, I., & Mesman, J. (2015). Predicting harsh discipline in at-risk mothers: The moderating effect of socioeconomic deprivation severity. *Journal of Child and Family Studies*, 24(3), 725–733. <https://doi.org/10.1007/s10826-013-9883-2>

- Perista, Pedro & Baptista, Isabel. (2010). A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa – conceitos, dinâmicas e desafios para a acção. *Forum Sociológico*, 39-46. <https://doi.org/10.4000/sociologico.165>
- Pike, A., Atzaba-Poria, N., & Kretschmer, T. (2016). Predictors of Parenting: Family-Wide and Child-Specific Factors. *Parenting*, 16(3), 147–163. <https://doi.org/10.1080/15295192.2016.1158599>
- Poll, C., Giddens, A., Duneier, M., & Massey, G. (2001). Introduction to Sociology. *Teaching Sociology*, 29(3), 381. <https://doi.org/10.2307/1319204>
- Radbill, S. X. (1987). Children in a world of violence: A history of child abuse. In R. E. Heifer & R. S. Keinpe (Eds.), *The battered child* (pp. 3-32). Chicago: University of Chicago Press
- Richard R. Abidin (1992) The Determinants of Parenting Behavior. *Journal of Clinical Child Psychology*, 21:4, 407-412. https://doi:10.1207/s15374424jccp2104_12
- Rosenthal, R., & DiMatteo, M. R. (2001). Meta analysis: Recent developments in quantitative methods for literature reviews. *Annual Review of Psychology*, 52, 59–82. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.52.1.59>
- Rutter, M. (1978). Family, area, and school influences in the genesis of conduct disorders. Oxford: Pergamon.
- Rutter, M. (1979). Maternal Deprivation, 1972-1978: New Findings, New Concepts, New Approaches. *Child Development*, 50(2), 283–305. <https://doi.org/10.2307/1129404>
- Rutter, M. (1979). Protective factors in children's responses to stress and disadvantage. *Annals of the Academy of Medicine, Singapore*, 8(3), 324-338.
- Ryan, D. P. J. (2001). Bronfenbrenner's ecological systems theory. Retrieved January, 9, 2012.
- Scannapieco, M., & Connell-Carrick, K. (2015). Correlates of Child Maltreatment Among Adolescent Mothers With Young Children. *Journal of Evidence-Informed Social Work*, 13(1), 59–75. <https://doi.org/10.1080/15433714.2014.992696>
- Scannapieco, M., & Connell-Carrick, K. (2016). Correlates of child maltreatment among adolescent mothers with young children. *Journal of evidence-informed social work*, 13(1), 59-75. <https://doi.10.1093/acprof:oso/9780195156782.001.0001>
- Sedlak, A., & Broadhurst, D. (1996). Executive summary of the Third Nacional Incidence Study of Child Abuse and Neglect. Washington, DC: U.S. Department of Health and

- Human Services, Administration for Children and Families, Administration for Children, Youth, and Families, National Center on Child Abuse and Neglect.
- Sedlak, A., United States. Administration For Children and Families, National Center On Child Abuse And Neglect (U.S, Westat, I., McDonald, W. R., & Fourth National Incidence Study Of Child Abuse And Neglect (U.S. (2010). Fourth National Incidence Study of Child Abuse and Neglect (NIS-4): report to Congress. U.S. Dept. of Health and Human Services, Administration for Children and Families, Administration on Children, Youth and Families, National Center on Child Abuse and Neglect.
- Skuse, D., & Bentovim, A. (1998). Physical and emotional maltreatment. In M. Rutter, E. Taylor, & L. Hersov, *Child adolescent psychiatry: Modern approaches* (pp. 209-229). Oxford: Blackwell Science.
- Slack, K. S., Berger, L. M., & Noyes, J. L. (2017). Introduction to the special issue on the economic causes and consequences of child maltreatment. *Children and Youth Services Review*, 72, 1–4. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2016.11.013>
- Slack, K., Holl, J., Lee, B., McDaniel, M., Altenbernd, L., & Stevens, A. (2003). Child protective intervention in the context of welfare reform: The effects of work and welfare on maltreatment reports. *Journal of Policy Analysis and Management*, 22(4), 1257–1273. <https://doi.org/10.1002/pam.10152>
- Slack, K., Holl, J., McDaniel, M., Yoo, J., & Bolger, K. (2004). Understanding the risks of child neglect: An exploration of poverty and parenting characteristics. *Child Maltreatment*, 9(4), 395–408. <https://doi.org/10.1177/1077559504269193>
- Slack, Kristen S., Lee, B., & Berger, Lawrence M. (2007). Do Welfare Sanctions Increase Child Protection System Involvement? A Cautious Answer. *Social Service Review*, 81(2), 207–228. <https://doi.org/10.1086/516831>
- Smith, B. D., Li, Q., Wang, K., & Smith, A. M. (2021). A national study of child maltreatment reporting at the county level: Interactions among race/ethnicity, rurality, and poverty. *Children and Youth Services Review*, 122, 105925. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2021.105925>
- Statistics Portugal - Web Portal. (n.d.). [Www.ine.pt](http://www.ine.pt). Retrieved September 27, 2021, from <http://www.ine.pt>
- Stith, S. M., Liu, T., Davies, L. C., Boykin, E. L., Alder, M. C., Harris, J. M., Som, A., McPherson, M., & Dees, J. E. M. E. G. (2009). Risk factors in child maltreatment: A

- meta-analytic review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 14(1), 13–29.
<https://doi.org/10.1016/j.avb.2006.03.006>
- Stith, S. M., Smith, D. B., Penn, C. E., Ward, D. B., & Tritt, D. (2004). Intimate partner physical abuse perpetration and victimization risk factors: A meta-analytic review. *Aggression and Violent Behavior*, 10(1), 65–98.
<https://doi.org/10.1016/j.avb.2003.09.001>
- Stoltenborgh, M., Bakermans-Kranenburg, M. J., Alink, L. R. A., & van IJzendoorn, M. H. (2015). The prevalence of child maltreatment across the globe: Review of a series of meta-analyses. *Child Abuse Review*, 24, 37–50. <https://doi.org/10.1002/car.2353>
- Straus, M. A., & Gelles, R. J. (1990). *Physical violence in American families: Risk factors and adaptations to violence in 8,145 families*. New Brunswick, NJ: Transaction.
- Taraban, L., & Shaw, D. S. (2018). Parenting in context: Revisiting Belsky’s classic process of parenting model in early childhood. *Developmental Review*, 48, 55-81.
- Teicher, Martin & Samson, Jacqueline & Anderson, Carl & Ohashi, Kyoko. (2016). The effects of childhood maltreatment on brain structure, function, and connectivity. *Nature Reviews Neuroscience*. 17. 652-666. <https://doi.org/10.1038/nrn.2016.111>
- Tervalon, M., & Murray-García, J. (1998). Cultural Humility Versus Cultural Competence: A Critical Distinction in Defining Physician Training Outcomes in Multicultural Education. *Journal of Health Care for the Poor and Underserved* 9(2), 117-125. <https://doi.org/10.1353/hpu.2010.0233>
- Trickett, P., Aber, L., Carlson, V., & Cicchetti, D. (1991). Relationship of socioeconomic status to the etiology and developmental sequelae of physical child abuse. *Developmental Psychology*, 27(1), 148-158.
- Vernon Carter, Miranda R. Myers, (2007). Exploring the risks of substantiated physical neglect related to poverty and parental characteristics: A national sample. *Children and Youth Services Review*, 29(1), 110–121.
<https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2006.08.002>
- Warmingham. J. M., Handley, E. D., Rogosch, F. A., Manly, J. T., & Cicchetti, D. (2019). Identifying maltreatment subgroups with patterns of maltreatment subtype and chronicity: A latent class analysis approach. *Child Abuse & Neglect*, 87, 28–39.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.08.013>

- Warren, E. J., & Font, S. A. (2015). Housing insecurity, maternal stress, and child maltreatment: An application of the family stress model. *Social Service Review*, 89(1), 9–39.
- Weatherburn, D., Ku, S., & Lind, B. (1997). *Social and economic stress, child neglect and juvenile delinquency*. Sydney: NSW Bureau of Crime Statistics and Research.
- Weinberg, B. A. (2001). An Incentive Model of the Effect of Parental Income on Children. *Journal of Political Economy*, 109(2), 266–280. <https://doi.org/10.1086/319556>
- Weinberg, B. A. (2001). An Incentive Model of the Effect of Parental Income on Children. *Journal of Political Economy*, 109(2), 266–280. <https://doi.org/10.1086/319556>
- Welsh, M. C., Peterson, E., & Jameson, M. M. (2017). History of childhood maltreatment and college academic outcomes: indirect effects of hot execution function. *Frontiers in psychology*, 8, 1091. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.01091>
- Whiting, J. B., Simmons, L. A., Havens, J. R., Smith, D. B., & Oka, M. (2009). Intergenerational transmission of violence: The influence of self-appraisals, mental disorders, and substance abuse. *Journal of Family Violence*, 24(8), 639-648. <https://doi.org/10.1007/s10896-009-9262-3>
- Zuravin, S. J. (1986). Residential density and urban child maltreatment: An aggregate analysis. *Journal of Family Violence*, 1(4), 307–322 . <https://doi.org/10.1007/BF00978275>
- Zuravin, S. J. (1989). The ecology of child abuse and neglect: Review of the literature and presentation of data. *Violence and Victims*, 4(2), 101–120 . <https://doi:10.1891/0886-6708.4.2.101>